



Iº CICLO DE ESTUDOS OEIRENSES

OEIRAS - A TERRA E OS HOMENS

F I C H A T É C N I C A

© 1998, Câmara Municipal de Oeiras

Câmara Municipal de Oeiras

I.º Ciclo de Estudo Oeirenses: Oeiras — A Terra e os Homens

Primeira edição: Novembro de 1998

Tiragem: 1000 Exemplares

Revisão de Texto: José Manuel Coelho

ISBN: 972-774-014-6

Depósito legal: 124994/98

Concepção gráfica e Composição: António Lobo, em caracteres
GillSans Light, corpo 9

Produção gráfica: Arte Mágica, Centro de Edição Gráfica, Lda.

Impresso em Portugal

Ilustração da capa: António Lobo

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor,
por Celta Editora, Apartado 151, 2780 Oeiras

DO PALEOLÍTICO INFERIOR À IDADE DO FERRO NO CONCELHO DE OEIRAS: PERCURSOS DA PRESENÇA HUMANA

João Luís Cardoso

**COORDENADOR DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS -(CMO)
DA ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA**

Ao Dr. Isaltino Morais, a quem se devem todos os resultados apresentados neste estudo, ao criar condições objectivas para o conhecimento do passado mais longínquo de Oeiras.

Resumo

No decurso de um largo lapso de tempo, iniciado nos primórdios da presença humana no continente europeu, o território ocupado pelo concelho de Oeiras conservou testemunhos de sucessivas presenças humanas, as quais têm vindo a ser, nos últimos anos, objecto de um programa de pesquisas metódicas, conduzido pelo Centro de Estudos Arqueológicos do concelho de Oeiras, da Câmara Municipal de Oeiras. Deste modo, foram investigados diversos sítios de interesse arqueológico, do Paleolítico Inferior ao Período Romano, bem como de épocas ainda mais recentes, cujos resultados os transformam em elementos-chave para a cabal compreensão da evolução das sociedades humanas no espaço geográfico concelhio. Com efeito, os vestígios materiais que ali têm vindo a ser exumados, contribuem decisivamente para a caracterização económica, social e cultural das comunidades que se sucederam, ao longo dos milénios, na ocupação do solo oeirense, realidade que há pouco mais de uma década permanecia ainda quase totalmente por investigar.

Neste estudo serão caracterizados os principais aspectos da sequência ocupacional identificada, com base nos vestígios materiais que foi possível recuperar; desta forma, serão abordados, sequencialmente, os seguintes tópicos:

- introdução; condicionantes naturais à ocupação humana; os recursos potencialmente disponíveis e a posição geográfica de excepção desta parcela do território;
- as primeiras indústrias líticas: enquadramento geológico e cronológico. A jazida do Alto de Leião no contexto litoral da Estremadura. O estado da questão a nível europeu;

- as jazidas paleolíticas de ar livre do Complexo Basáltico de Lisboa representadas no concelho de Oeiras: economia e *modus vivendi* dos bandos de caçadores-recolectores do Paleolítico Inferior e Médio;
- o Paleolítico Superior: a ocupação solutrense da gruta da Ponte da Lage;
- os tempos pós-glaciários: o Epipaleolítico, o Mesolítico e o Neolítico Antigo e Médio;
- O Neolítico Final e a Revolução dos Produtos Secundários: evidências materiais observadas na primeira ocupação do povoado pré-histórico de Leceia;
- Necrópoles da Pré-história recente: práticas e ritos funerários identificados no território oeirense;
- O Calcolítico: estratégias de ocupação do território e de exploração dos recursos naturais; economia e demografia; relações transregionais e aspectos culturais delas derivados. A complexificação da sociedade. Povoados fortificados. Os primeiros metalurgistas e a emergência das cerâmicas campaniformes: as leituras feitas em Leceia de uma realidade possível;
- a Idade do Bronze. O Bronze Final no concelho de Oeiras. Povoados de altura e «casais agrícolas»; a exploração intensiva e extensiva dos solos. Os artefactos do quotidiano e os bens de «prestígio»: evidências da diferenciação social. O comércio transregional de matérias-primas;
- a Idade do Ferro: testemunhos materiais no concelho de Oeiras. Os «casais agrícolas» ou a «evolução na continuidade» do Bronze Final para a Idade do Ferro. O comércio fenício e os novos produtos de origem oriental: aspectos da cultura material. O fim da Idade do Ferro: produtos púnicos e itálicos. Economia e organização social.

32

I — Introdução

As excelentes condições naturais oferecidas pela região ribeirinha do estuário do Tejo, onde a área correspondente ao actual concelho de Oeiras naturalmente se insere, constituíram desde muito cedo factores propícios à ocupação humana.

Clima ameno, mais frio e seco nos períodos correspondentes ao desenvolvimento dos glaciares nas regiões setentrionais de Portugal; solos férteis, sobretudo na margem Norte do estuário, derivados em grande parte de rochas basálticas que afloram de Loures a Oeiras; rede hidrográfica favorável à circulação de produtos e pessoas até época recente, facilitando as ligações de e com o estuário do Tejo; e, por último, a proximidade do oceano, foram razões determinantes para que, na área

oeirense, se fixassem, desde os mais remotos tempos, populações humanas, de início exclusivamente recolectoras, depois produtoras e, por último, francamente abertas às trocas de produtos, com base nos recursos económicos que conseguiram armazenar.

A caracterização da evolução da ocupação humana do território oeirense, constituindo ensaio datado no tempo presente, corresponderá à síntese dos conhecimentos actualmente disponíveis sobre a evolução humana da ocupação da área concelhia desde os primórdios ao fim da Idade do Ferro, com base no inventário e estudo dos vestígios materiais deixados no terreno pelas gerações que nos precederam na ocupação desta região.

2 — Condicionantes naturais

Na área do concelho de Oeiras, ocorrem afloramentos geológicos e solos, deles derivados, de diversas idades, características e natureza. Boa parte da área em apreço é ocupada por afloramentos e solos pertencentes ao Complexo Básáltico (ou Vulcânico) de Lisboa: trata-se de sucessão de escoadas lávicas, de natureza basáltica, alternantes com tufos e níveis piroclásticos, que documentam importante actividade vulcânica na região, entre o final do Cretácico e o Eocénico inferior. Com efeito, as idades conhecidas, determinadas por métodos experimentais, variam entre 55 ± 18 Ma (Ma = Milhões de anos) e 72 ± 2 Ma. As rochas resultantes de tal actividade predominam largamente na parte oriental e central do concelho; o relevo que, actualmente ostentam, é caracterizado por encostas pouco onduladas, pontuadas por colinas de topo arredondado, marcando levemente a paisagem, em geral correspondentes às raízes de pequenos aparelhos vulcânicos. Neste contexto, sobressai a serra de Carnaxide, onde se observam as maiores altitudes do concelho que não ultrapassam, contudo, os 200 m.

Os solos basálticos, de aparência escura, compacta e pesada, de grande aptidão agrícola, foram até à actualidade intensamente agricultados, especialmente por culturas cerealíferas, que constituíram um dos aspectos mais marcantes da paisagem e da economia concelhias, até época recente.

O Complexo Vulcânico de Lisboa encontra-se sobreposto, ao longo do seu limite meridional, e até perto da linha de costa, por retalhos de depósitos terciários, os mais antigos de origem flúvio-torrencial e continental (trata-se da Formação de Benfica, de idade paleogénica), flúvio-marinha ou mesmo francamente marinha, os mais recentes, já de idade miocénica. São terrenos essencialmente detríticos, ou

argilo-carbonatados, constituindo, tal como as formações basálticas, relevos suaves e pouco pronunciados, porém, ao contrário destes, de pouco interesse agrícola, facto que, a par da escassez de água, justifica a fraca densidade de vestígios arqueológicos neles detectados.

Por seu turno, as escoadas lávicas dispersaram-se, a partir de diversos aparelhos vulcânicos cujos vestígios são ainda visíveis nalguns locais — Pedreira Italiana, em Laveiras e no Monte do Castelo, a Sul de Leceia — sobre uma antiga superfície topográfica constituída por rochas do Cretácico inferior (Cenomaniano superior). Trata-se de calcários duros, de fácies recifal, aflorando nos locais onde o manto basáltico foi totalmente removido pela erosão, como se observa ao longo das três principais linhas de água que percorrem o concelho: o rio Jamor, a ribeira de Barcarena e a ribeira da Lage, todas elas com orientação geral Norte-Sul. Correspondem, frequentemente, a pequenos escarpados, limitando a parte superior das encostas das aludidas linhas de água onde, graças à difícil acessibilidade, a vegetação natural, posto que muito degradada e residual, se manteve.

Por sua vez, tais bancadas de calcários duros assentam em depósitos margosos, do Cenomaniano inferior e médio, que ocupam área limitada, entre Porto Salvo e Talaíde; a sua topografia regular favoreceu o seu aproveitamento, tal como os terrenos basálticos, para culturas de sequeiro. Constituem os aflorantes geológicos mais antigos presentes na área concelhia.

Os afloramentos geológicos presentes na área concelhia mais modernos estão representados por retalhos muito erodidos, actualmente quase totalmente desaparecidos, de antigas praias flúvio-marinhas, escalonadas a altitudes decrescentes para o litoral; ao longo deste, observam-se depósitos arenosos actuais, correlativos dos enchimentos que colmatam o fundo dos três principais cursos de água referidos. A fertilidade de tais enchimentos justificou, ao longo dos séculos, o seu aproveitamento intensivo para culturas de regadio: hortas e pomares desenvolviam-se aí, de maneira quase contínua, conferindo à paisagem aspecto alegre, colorido e variado, contrastando com a monotonia triste dos terrenos basálticos.

Do que ficou dito, conclui-se que as diversas condições geológicas observadas no território oeirense explicam os próprios recursos agrícolas potencialmente susceptíveis de serem aproveitados pelas sucessivas comunidades humanas que o povoaram sendo, por isso, determinantes na própria estratégia de povoamento — intimamente relacionada com as possibilidades de captação de recursos — adoptadas sucessivamente ao longo dos tempos. É essa realidade que se irá procurar caracterizar, nos seguintes tópicos em que se organizou esta apresentação.

3. O Paleolítico Inferior Arcaico

A jazida do Alto de Leião situa-se no topo de uma plataforma detrítica hoje quase totalmente desaparecida, correspondendo aos derradeiros vestígios de uma praia mari-nha, desenvolvendo-se à altitude aproximada de 140-150 m acima do nível do mar actual. Trata-se de depósito constituído por pequenos seixos muito bem rolados, sobretudo de quartzito, denunciando trabalho do mar. Actualmente, tais seixos dispersam-se à superfície de afloramentos basálticos, que na altura constituíam o substrato geológico daqueles depósitos, hoje quase totalmente desaparecidos. A abundância, nos terrenos basálticos, de óxidos e hidróxidos de ferro, conduziu, nas centenas de milhares de anos subsequentes à sua deposição, à forte impregnação dos seixos, conferindo-lhes as belas colorações amarelo-avermelhadas a castanho-escuras, que hoje ostentam.

Neste contexto, de estrito carácter superficial, podem encontrar-se testemunhos da presença humana de todas as épocas. Porém, entre os materiais mais antigos, contam-se alguns seixos muito frustes, talhados apenas por escassos levantamentos, cujas superfícies de lascagem se mostram roladas pelo mar após o talhe, indício de que serão contemporâneos do referido nível marinho, cerca de 150 m acima do nível do mar actual. Por tal motivo, o Alto de Leião foi considerado de época calabriana. Com efeito, a ausência de relevos mais elevados de onde os seixos pudessem ter derivado, por gravidade, exclui tal hipótese como explicação para o rolamento que possuem, não sendo, por outro lado, viável a atribuição de tal estado de desgaste a outras causas naturais.

Deste modo, pelas características sedimentológicas e geomorfológicas que se conservaram na paisagem actual, poderemos entrever extensas praias arenosas, na confluência de complexo dispositivo flúvio-deltaico, correspondente à embocadura de um «pré-Tejo» do início do Quaternário, francamente expostas à acção marinha. Em tais praias circulariam, há mais de 1,5 Ma, bandos de homínídeos responsáveis pela manufactura dos referidos artefactos, com equivalentes em depósitos a Norte da serra de Sintra, bem como na península de Setúbal.

A ocorrência de seixos idênticos aos referidos, ao longo das rechãs litorais mais baixas — e por conseguinte mais modernas — que se observam ao longo do referido trecho litoral, explica-se facilmente por fenómeno de recorrência: a marcada simplicidade que tais conjuntos industriais ostentam deve-se, sobretudo, às limitações impostas pela própria matéria-prima disponível, designadamente a forma, o tamanho e o comportamento mecânico das rochas utilizadas. Com efeito, pequenos seixos quartzíticos não permitiam a aplicação de apuradas técnicas do talhe da pedra, por

mais experientes que fossem os seus utilizadores. Assim, o único elo entre grupos anatómica, cultural e cronologicamente tão diferenciados, como os que ocuparam o litoral estremenho desde pelo menos 1,5 Ma, até época correspondente à formação da rechã litoral de 5-8 m acima do nível do mar actual, há cerca de 70 000 anos, seria, apenas, o facto de terem recorrido às mesmas técnicas para a obtenção de artefactos, forçosamente frustes e idênticos. Devemos ter presente, ainda, na procura de razões para tal convergência, a hipótese de a ocupação sazonal do litoral, realidade verificada desde os estádios mais precoces do talhe da pedra, ter determinado, de alguma forma, a recorrência a artefactos tão marcadamente elementares. Com efeito se, durante uma determinada época do ano, não se pretendia mais do que a simples e fácil recolha de moluscos, arrancados às rochas, seriam dispensáveis artefactos mais poderosos e elaborados como os utilizados, por exemplo, na caça; desta forma, a aparente «paralisia do engenho» invocada por H. Breuil, o descobridor destas indústrias, na década de 1940, conjuntamente com G. Zbyszewski, poderia, ao contrário, dever-se simplesmente a uma inteligente adaptação das formas aos fins pretendidos, traduzindo a pouco exigente vida no litoral.

Em conclusão: as descobertas que acabamos de referir e que transformam o concelho de Oeiras em uma área-chave de pesquisa, fazem recuar, por critérios geológicos, a presença humana no território português para cerca de 1,5 Ma, encontrando-se consubstanciada por artefactos situados entre os mais antigos, e não menos polémicos, testemunhos humanos até ao presente identificados em solo europeu. Cremos, porém, que a marcha das descobertas é favorável aos defensores da antiguidade e autenticidade de tais artefactos: hoje é insustentável o limite «psicológico» de 1 Ma, ainda defendido por alguns, para os mais recuados testemunhos europeus de tal presença.

Sem necessidade de recorrermos a argumentos mais longínquos, tanto da Europa Oriental como do Próximo Oriente, relembremos apenas as descobertas que, desde há cerca de vinte anos, vêm sendo feitas no Maciço Central francês. De um único e duvidoso sítio registado em 1982 — Chillac III, considerado já então anterior a 1,2 Ma — no final da década de 1980 dispunha-se de uma muito mais consistente informação. As datações absolutas, efectuadas em materiais vulcânicos, bem como o estudo das faunas, conjugado com a magnetostratigrafia, fazem recuar ali a presença humana para 2 a 2,5 Ma, ilustrada pela ocorrência de numerosos artefactos, desta maneira tornados ainda mais antigos que os materiais dos sítios calabrianos da costa portuguesa.

Recente mesa-redonda dedicada às mais antigas presenças humanas na Europa, realizada em Tautavel, França, em 1993, evidenciou a complexidade da questão, até

pela disparidade das afirmações produzidas. Assim, enquanto para os editores das actas daquela reunião, os primeiros traços seguros de tal presença remontariam apenas a 500 000 anos, já outros admitem uma antiguidade superior a 1,5 Ma para certas ocorrências, incluindo-se possivelmente entre estas o sítio peninsular de Orce, Granada, representadas por lascas em bruto, lascas retocadas e artefactos sobre seixo, como os do nosso território.

Como dizia Breuil, há mais de meio século, o berço da Humanidade gira sobre rodas; a cronologia das indústrias do Maciço Central francês, quase tão antigas como as mais antigas indústrias da África Oriental, parece ilustrar tal afirmação. E que pensar das recentes escavações efectuadas na Yakoutia, Sibéria, onde, segundo o escavador, se recolheram mais de 20 000 artefactos *in situ*, em camada cuja cronologia, por critérios geológicos e paleomagnéticos, foi datada entre 2,5 e 1,8 Ma? Motchanov vai ao ponto de concluir que tal região poderia constituir uma alternativa europeia à hipótese africana para berço da Humanidade. A última palavra ainda não foi dada a tal propósito. Para tal, concorrerão, decisivamente, os resultados dos trabalhos em curso nos locais mais promissores do continente europeu. Entre eles incluem-se, certamente, os identificados na Estremadura portuguesa e em particular no concelho de Oeiras, constituindo--se tal espaço como contribuinte, ainda que modesto, para uma procura que, provavelmente, jamais terá fim.

4. O Paleolítico Inferior e Médio

Boa parte do concelho de Oeiras encontra-se ocupado, como atrás se disse, por terrenos basálticos. Mercê das suas características, tais terrenos são favoráveis à retenção da água em toalhas superficiais, de que resulta a ocorrência de numerosas nascentes. A abundância de água, facilmente disponível, conjugada com relevo pouco acidentado, em parte resultante da disposição tabular das próprias escoadas lávicas, justifica a antevisão de ambiente natural cuja cobertura vegetal tornaria semelhante à actual savana africana, e onde abundaria a caça. Reuniam-se, assim, condições favoráveis à circulação de grupos de caçadores-recolectores, no decurso de largo lapso temporal de muitas centenas de milhares de anos, até a plena afirmação do Homem moderno na região, o que só viria a acontecer há cerca de 28 000 anos antes do presente.

Tão largo intervalo de tempo explica a extraordinária abundância de materiais líticos recolhidos, constituindo os referidos terrenos um notável palimpsesto arqueológico. Com efeito, as estações paleolíticas mais importantes da região oeirense —

Linda-a-Pastora, Leião Norte e Fontainhas — tal como acontece na generalidade das suas homólogas desta extensa mancha paleolítica, onde se inventariaram mais de uma centena de locais, acusam sucessivas ocupações, ainda que de curta duração, vistas separadamente. Os materiais mais antigos remontam ao Acheulense Antigo, estando representados o Acheulense Médio e o Superior, além do Paleolítico Médio (indústrias mustierenses). O auge da ocupação humana por parte destas tribos de caçadores-recolectores deve ter-se verificado, a julgar pela distribuição dos respectivos materiais, no decurso do Acheulense Superior e do Mustierense. Nessa altura, que poderemos situar entre a segunda metade da glaciação rissiana e o início do Würm recente, há cerca de 30 000 anos, os terrenos basálticos teriam funcionado como território privilegiado para a caça, cuja presença era favorecida, para além dos factores antes referidos, pelo clima pouco rigoroso, explicado pela baixa latitude e proximidade oceânica, contrastando com o verificado em outras regiões peninsulares e além-Pirinéus, nesse mesmo lapso temporal. Foi, com efeito, a existência de clima globalmente benigno, que determinou a preferência por acampamentos de ar livre, dispensando o abrigo de grutas: apenas na gruta da Ponte da Lage foram identificados escassos artefactos de sílex, susceptíveis de se considerarem como mustierenses.

38 Não obstante os vestígios recolhidos nesta vasta região basáltica serem, exclusivamente, de superfície, a sucessão tecno-industrial e cultural é coerente, desde as estações mais ocidentais, no concelho de Cascais, até às mais orientais, situadas já no concelho de Loures, passando pelo núcleo de maior densidade de vestígios, na região da Amadora. Deste modo, é lícita a designação de tal conjunto de estações — que constituem uma das manchas paleolíticas mais importantes da Europa — por «Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa», expressão detentora de significado cronológico e cultural bem definido.

Por outro lado, mercê de estudo de conjunto recentemente efectuado, reconheceu-se nítida dependência entre a natureza das matérias-primas utilizadas e as fontes onde se encontravam naturalmente disponíveis. Assim, nos domínios mais ocidentais, próximos dos afloramentos de calcários cretácicos, onde o sílex era abundante, sob a forma de nódulos, é esta matéria-prima que predomina; a zona média e também nuclear deste grupo de estações parece constituir termo de transição entre o uso desta rocha e o recurso ao quartzo, sob a forma de seixos rolados. Tal facto explica-se pela maior distância que teria de ser percorrida até às fontes de sílex; não obstante, a sua presença, ainda dominante, demonstra que foi objecto de procura, exploração e transporte, para os locais onde, ulteriormente, foi transformado. Enfim, nas estações paleolíticas mais orientais, é o quartzo filoneano, directamente obtido nos depósitos detríticos grosseiros do Cenozóico, aflorantes na região limítrofe, que

constitui o grosso da utensilagem. Tais factos ilustram, expressivamente, o papel das condicionantes geológicas nas características industriais das referidas associações líticas.

Apesar das dezenas de milhares de peças recolhidas desde os inícios deste século, época em que tal domínio começou a ser sistematicamente prospectado, trata-se sempre de materiais de superfície, situação extensiva à cerca de trintena de sítios identificados no território de Oeiras. As limitações inerentes a tal situação, somadas ao facto de se tratar, em geral, de colheitas antigas, e por certo selectivas, isto é, não abarcando a integridade do material, em terrenos há muito destruídos pela ocupação urbana, impede a aplicação de métodos de análise tipológica mais finos, designadamente o «método de Bordes»; ficam, deste modo por esclarecer questões já hoje clássicas, como a do real estatuto destes conjuntos no âmbito do «Complexo Industrial» mustierense, tal como foi definido noutros lugares.

A região ribeirinha do antigo estuário plistocénico do Tejo foi também preferida por estes mesmos grupos de caçadores-recolectores dada a abundância dos recursos aí disponíveis e facilmente colectáveis. Um dos testemunhos mais interessantes situava-se na área do reduto de Renato Gomes Freire — Alto da Barra. Ali, a existência de um nível de depósitos de praia plistocénica é de há muito conhecida, integrando-se no conjunto das praias tirrenianas que acompanham a linha de costa, a altitudes de 20 a 25 m acima do nível do mar actual, do Guincho à foz do Tejo. A sucessão estratigráfica observada em antiga saibreira hoje totalmente desaparecida, comportava na base um nível de areias finas argilosas, sobrepostas por areias grosseiras e seixos, alguns deles afeiçoados e recolhidos *in situ*. No decurso da construção do complexo habitacional ali existente, na primeira metade da década de 1970, novos cortes foram executados, permitindo a observação directa de outras áreas do referido depósito em profundidade. Os materiais recolhidos e entretanto estudados correspondem a uma indústria sobre seixos de quartzito; algumas peças tipologicamente mais definidas indicam idade acheulense, o que está de acordo com a época atribuída, por critérios geológicos, ao referido depósito.

5. O Paleolítico Superior

Exceptuando-se alguns escassos vestígios de superfície, correspondentes a peças integráveis nas séries mais recentes da sucessão de indústrias paleolíticas dos terrenos basálticos, e um pequeno conjunto pouco abundante e de idade indefinida, recolhido em pequena rechã litoral junto a Fontainhas, Paço de Arcos, compreendendo

raspadeiras carenadas de aspecto aurignacense, o único testemunho da presença humana do Paleolítico Superior do concelho de Oeiras foi observado na gruta da Ponte da Lage.

Trata-se de uma cavidade cársica existente em pequena cornija de calcários sub-cristalinos do Cenomaniano Superior, profundamente fracturados, a meia-encosta do lado esquerdo do vale da ribeira da Lage, junto à povoação do mesmo nome, cerca de 2 km a Norte de Oeiras. A sua abertura, voltada para a ribeira, em forma de arco abatido sugeriu, pela sua regularidade, afeição, no decurso do Neolítico ou do Calcolítico, época em que a cavidade foi também frequentada pelo Homem, que a aproveitou como necrópole. As primeiras explorações remontam a 1879, sob a direcção de Carlos Ribeiro; os materiais então exumados, conjuntamente com os obtidos na década de 1950, em nova intervenção dirigida por O. da Veiga Ferreira, guardam-se no Museu do Instituto Geológico e Mineiro. O interior da cavidade, que se encontrava então muito entulhado, foi totalmente limpo, tendo-se verificado que o depósito arqueológico fora já quase totalmente removido. Ao longo da galeria principal, detectou-se a existência de delgada camada estalagmítica e, abaixo desta, uma outra, fortemente concrecionada, com muitos carvões e alguns elementos atípicos, de aspecto «mustieróide».

40

Em Setembro de 1993, o signatário retomou ali os trabalhos de campo, com o objectivo de reconhecer eventuais sectores da gruta que ainda não tivessem sido objecto de exploração. Complementarmente, pretendia-se efectuar revisão sistemática dos materiais anteriormente atribuídos por diversos autores ao Paleolítico superior; com efeito, tais materiais, no conjunto dos que constituem o espólio da estação, eram os que mais careciam de reapreciação. Tais materiais foram divididos por H. Breuil, em 1941, em três conjuntos, a saber:

- o primeiro, mais antigo, suposto do Solutrense;
- o segundo, atribuível ao Magdalenense;
- o terceiro e último, considerado próximo do Mesolítico.

Vejamos a composição essencial de cada um deles. O grupo do Solutrense integraria um fragmento de folha de loureiro; na verdade, trata-se de porção de peça foliácea muito mais moderna, do Neolítico final ou do Calcolítico, das vulgarmente designadas por «elementos de foice» sobre lâminas ovais, de retoque cobridor. Da mesma forma, um furador sobre lâmina, integrado por Breuil na série solutrense, afigura-se idêntico a outros, de idade neolítica ou calcolítica.

O grupo do Magdalenense integraria, entre outras peças, doze lâminas; porém, não há qualquer razão para serem consideradas como tal, na ausência de peças de recorte tipológico definido ou particular à época em causa. Apenas três peças pertencentes a este conjunto são seguramente do Paleolítico Superior, mas não forçosamente magdalenenses: trata-se de uma ponta de La Gravette, incompleta, e de dois buris diedros, um de eixo outro de ângulo.

Enfim, o terceiro grupo de artefactos, considerado por Breuil próximo do Mesolítico é constituído por oito peças, predominando a debitage laminar, das quais algumas não são trabalhadas. A que ostenta trabalho mais apurado, é uma lamela Dufour, com retoque contínuo semi-abrupto em ambos os bordos laterais, num deles por levantamentos inversos.

Considerando a tipologia das peças mais características, verifica-se que, tanto as pontas de La Gravette como as lamelas Dufour ocorrem em diversas culturas do Paleolítico Superior. Por outras palavras: a atribuição específica das indústrias em causa ficaria prejudicada — visto não se confirmar a atribuição ao Solutrense da única peça tipologicamente mais significativa — não fora a identificação, de entre os materiais publicados por O. da Veiga Ferreira e colaboradores, de uma ponta de belo e cuidado trabalho bifacial, pedunculada, com esboço de aletas laterais, de sílex cinzento, que até à revisão por nós efectuada havia passado despercebida, confundida com simples ponta de seta neolítica. Tal equívoco é, porém, desculpável por, à data da sua publicação, ainda serem desconhecidas em Portugal peças solutrenses desta tipologia. Trata-se, efectivamente, de uma ponta de arremesso absolutamente típica do Solutrense, cuja presença, só por si, é suficiente para aceitar a presença na gruta de pequeno grupo de caçadores solutrenses, que ali encontraram abrigo temporário. Sem embargo, a estreita afinidade desta ponta pedunculada com três exemplares exumados na gruta das Salemas, no concelho de Loures, atesta o elevado grau de standardização que tais artefactos atingiram no Solutrense Superior da Estremadura, onde são conhecidos outros tipos de pontas de arremesso desta época, idênticas a exemplares do Solutrense Superior de fácies levantina, bem representados pelo conjunto da gruta de Parpalló.

Esta ponta reveste-se, em consequência, de importância determinante na atribuição ao Solutrense Superior de, ao menos, um momento da presença do Homem paleolítico na gruta em apreço, integrável no seu fácies mediterrâneo ou levantino, ao qual correspondem outras ocorrências da Baixa Estremadura: Furninha, Casa da Moura e Salemas: Encontrar-se-ão, deste modo, corporizadas as relações do povoamento solutrense da Estremadura com o verificado em regiões mais meridionais da Península Ibérica, em intervalo cronológico que poderemos situar entre cerca

de 21 000 e 14 000 anos antes do presente. Tal intervalo cronológico abarcou o momento de maior rigor climático da última glaciação: não obstante a posição geográfica privilegiada da área correspondente ao concelho de Oeiras, a ocupação desta cavidade como abrigo, poderá sem dificuldade relacionar-se com tal episódio de degradação climática.

6. O Epipaleolítico Neolítico Médio

Os materiais líticos mais modernos recolhidos nas estações paleolíticas do Complexo Basáltico pertencem já a tempos pós-paleolíticos, embora a falta de recorte tipológico torne difícil o estabelecimento da sua cronologia precisa.

No decurso do Neolítico Antigo ou Médio, ainda tão mal caracterizado na Baixa Estremadura, a estação de Barotas, perto de Leceia, terá funcionado como oficina de talhe de sílex, tendo em vista a obtenção desta matéria-prima, a ser ulteriormente exportada para diversos habitats. Embora o funcionamento de tal oficina se tenha prolongado pelo menos até o Neolítico Final, a presença de uma ponta de flecha transversal sugere ocupação do local em época anterior.

7. O Neolítico Final

No decurso da segunda metade do IV Milénio a. C. assiste-se, na Estremadura, à ocupação progressiva de sítios de altura, com boas condições naturais de defesa. Em Leceia, plataforma constituindo esporão debruçado sobre o fértil vale da ribeira de Barcarena, distanciada cerca de 4 km da foz do Tejo, e defendida de dois dos seus lados por escarpa calcária com cerca de 10 m de altura, estabeleceu-se então vasto povoado aberto, sobre as bancadas de calcários duros e sub-recifais, do Cenomaniano Superior, então aflorantes, aproveitando os espaços existentes entre elas como abrigos. A localização deste já então notável povoado — cuja importância se viu acrescida ulteriormente — foi evidentemente determinada pelas condições geomorfológicas oferecidas pelo local e recursos naturais potencialmente disponíveis na região envolvente. Para além das propícias condições de defesa, a existência do próprio vale, configurando via privilegiada de penetração e de circulação de pessoas e de bens de e para o «hinterland» da península de Lisboa, a partir do estuário do Tejo, deve ser valorizada. Acresce que o referido vale constituía não apenas zona potencial de produção alimentar, através do aproveitamento de pequenos talhões

agrícolas e da exploração pastoril de campos e prados, mas também área de captação de recursos naturais, especialmente junto à confluência com o Tejo. De facto, é admissível que, no decurso do Neolítico e do Calcolítico, o nível médio das águas do mar se situasse cerca de 5 m acima do actual criando, naquele local, uma enseada abarcando toda a zona baixa de Caxias e até o Murganhal, rica de recursos aquáticos, facilmente recolectados. Por outro lado, a navegabilidade da ribeira de Barcarena, até à zona do antigo povoado pré-histórico, seria então uma realidade, a partir de pequenas embarcações fluviais.

As oito datas de radiocarbono disponíveis para a primeira ocupação pré-histórica de Leceia, depois de tratadas estatisticamente, para uma probabilidade de 50%, situam-na cronologicamente entre 3350 e 3040 anos a. C. e, para uma probabilidade de 95%, entre 3510 e 2900 anos a. C.

Embora não se tenham identificado em Leceia, como em qualquer outro povoado do Neolítico Final da Estremadura, estruturas defensivas, a evidente preferência pela ocupação de sítios de altura pressagia a existência de situações potenciais de conflito, arqueologicamente não detectáveis até então; com efeito, só se defende quem tem algo (para além da sua pessoa ...) a defender. Que bens seriam então esses, que teriam obrigado comunidades até então pacíficas e essencialmente sedentárias, a subirem as encostas, procurando maior segurança no alto das colinas da região?

Creemos que seriam os resultantes da acumulação de excedentes da produção agrícola, propiciados pela melhoria das tecnologias de produção, designadamente a introdução do arado, do carro e da força de tracção animal, aproveitando a atrelagem de bovídeos, como sugestivamente é ilustrado pela associação de bucrânios àqueles dois presumíveis elementos, no santuário rupestre exterior do Escoural, Montemor-o-Novo, atribuído ao Neolítico Final. Trata-se, afinal, dos mais frisantes representantes da chamada «Revolução dos Produtos Secundários» (RPS).

Entrevê-se, pois, mercê das melhorias tecnológicas introduzidas na produção de alimentos, a existência, pela primeira vez, de excedentes, os quais estariam na origem da instabilidade e tensão social intergrupos, tão bem documentada em Leceia, a qual iria caracterizar todo o milénio seguinte na região estremenha e muito para além dela. Outros povoados então ocupados na área oeirense, como o existente em Carnaxide, debruçado, a meio da encosta esquerda, sobre o rio Jamor, evocando implantação

idêntica à de Leceia, documentam e confirmam a constância do padrão de povoamento característico no Neolítico Final regional.

8. As Necrópoles

Outra realidade que importa mencionar é a existência de sepulcros colectivos no Neolítico Final, ilustrando a prática de crenças mágico-religiosas ligadas ao «mundo dos mortos». Na área concelhia, avulta o aproveitamento de grutas de origem cársica, existentes nos calcários cretácicos aflorantes ao longo dos principais vales da região. Um dos exemplos mais relevantes é constituído pelas grutas de Carnaxide.

Tais grutas tornaram-se precocemente conhecidas no seguimento da descoberta ocasional de uma delas, em inícios do século XIX, à qual se associou, imediatamente, uma crença religiosa, de índole mariana, das mais interessantes que, no nosso País se encontram relacionadas com estações arqueológicas. A imediata publicidade que se deu do facto, garantiu, assim, uma generalização imediata do culto, que imediatamente se associou às descobertas, tendo ulteriormente justificado a construção de templo importante, junto do rio Jamor, sob cuja capela-mor se localiza a gruta pré-histórica.

Os acontecimentos que conduziram à sua descoberta foram relatados na altura em que ocorreram, tendo sido publicados, nesse mesmo ano de 1822, dois folhetos anónimos, atribuídos a Frei Cláudio da Conceição, cronista do Reino. Julgamos ter interesse apresentar a descrição dos factos, tal como nos é relatada num dos folhetos, até por corresponderem à primeira vez em que as condições de achados arqueológicos pré-históricos se descreveram em Portugal:

«Nas margens do Rio Jamor (...) descobrio o accaso huma rara maravilha da natureza. Succedeo no dia 28 de Maio de 1822(...), andarem sete rapazes nadando no dito Rio, quando vendo hum melro, o quizerão apanhar; porém fugindo este, descobrirão hum coelho, que fugindo-lhe, se metteo em huma tóca: cuidarão logo os rapazes em o apanhar, fazendo que huma cadella entrasse pela tal tóca, o que fez com violencia por ser o buraco muito pequeno (...). Tendo estes trabalhado por apanhar o coelho até ao meio dia, e não o podendo conseguir, vendo que tocava á Missa (...) taparão a tóca, deixando dentro o coelho, e a cadella, e forão ouvir Missa á sua Freguesia de S. Romão de Carnaxide.

Voltando da Missa, troxerão huma lanterna, e huma vella; e cavando mais, fizeram o buraco tão grande, que o tal Nicoláo pôde entrar com a lanterna sózinho; e achando huma casa, gritou pelos outros, que também entrarão: levantarão huma lage que virão, procurando o coelho, e acharão debaixo da lage duas caveiras, e espalhados pela casa varios ossos de corpo humano, dos quaes se encheo depois hum

cesto, e hum lenço, que levou o Juiz de Fóra de Oeiras, e outros estão por varias casas, que os levárão outras muitas pessoas. Acharão tambem varios pedaços de louça, e algumas pedras lisas e redondas. Finalmente apanhando o rapaz Nicoláo o coelho, o trouxe para sua casa muito contente, e nella o conservou até o dia 3 de Junho, em que elle mesmo o foi entregar a S. M. o Sr. D. João VI, na companhia de Francisco Xarola, que igualmente lhe levou huma pedra das achadas, e que parecia ser rara: o que tudo S. M. benignamente acceitou».

A descrição apresentada é clara, no respeitante à natureza arqueológica dos achados. O autor passa seguidamente à descrição da gruta, a qual despertou desde logo muito interesse por parte da população, «que de toda a parte concorria a vêr aquella raridade». Estavam, pois, criadas as condições no imaginário popular para que, em torno da descoberta, se associasse o milagre e, com ele, o culto cristão: logo correu a notícia da aparição, «na concavidade da rocha, que fica à mão esquerda de quem entra, deitada sobre huma pedra (...) huma pequena Imagem de Nossa Senhora da Conceição, com hum manto de seda muito velho, côr de obrêa desmaiada, e huma espiguiha de prata à roda já muito velha, cujo manto estava pegado à pedra». Existem diversos registos populares alusivos às vicissitudes da descoberta, representando invariavelmente a referida imagem mariana.

Este é, na verdade, um dos mais expressivos exemplos portugueses relacionando o aparecimento da imagem da Virgem a recintos subterrâneos; outros se poderiam citar, como a Senhora da Arrábida, a Senhora do Cabo e a Senhora da Nazaré. Leite de Vasconcelos salienta a importância do culto da Senhora da Rocha de Carnaxide no próprio povoamento da região envolvente, tendo culminado com a conclusão, cerca de 1886, do imponente templo, sede de importante romaria anualmente ali realizada, até à actualidade.

Além da gruta que celebrou o local, Leite de Vasconcelos menciona a existência de outras nas proximidades, em ambas as margens do rio Jamor, tendo também fornecido artefactos pré-históricos, alguns deles recolhidos em época anterior, por Carlos Ribeiro. Também Mesquita de Figueiredo procedeu a sondagens em três delas, tendo-lhe duas fornecido espólio. Alguns materiais arqueológicos conservam-se no Museu Nacional de Arqueologia, tendo sido recentemente estudados pelo signatário. Trata-se de uma pequena colecção, de feição dolménica — presença de taças em calote lisas — atribuível ao Neolítico Final. A ocorrência de cerâmicas do mesmo tipo em grutas naturais da Estremadura é bastante frequente; nesta região, foi esta a forma de necrópole mais frequente, substituindo, em larga medida, os monumentos dolménicos, aqui bastante escassos.

A utilização funerária, no decurso do Neolítico Final, das pequenas grutas ou abrigos naturais existentes ao longo das margens do rio Jamor, perto de Carnaxide, este certamente relacionada com a existência do povoado pré-histórico já referido, explorado por J. J. F. Gomes, G. M. Andrade e O. da Veiga Ferreira e mais tarde sondado pelo signatário. Com efeito, é importante nesse local a presença de materiais coevos, do Neolítico Final, particularmente documentados por taças carenadas e vasos de bordo denteado, em tudo idênticos aos recolhidos em Leceia. Aliás, a relação entre povoados pré-históricos e grutas naturais utilizadas como necrópoles, encontra-se ilustrada por outros exemplos oeirenses.

Na base da cornija calcária que delimita do lado oriental a plataforma onde se implantou o povoado pré-histórico de Leceia, localiza-se pequena cavidade natural, totalmente explorada por Carlos Ribeiro, a qual continha numerosos restos humanos. Um crânio, braquicéfalo, foi estudado pelo pioneiro da Antropologia Física portuguesa, Francisco de Paula e Oliveira. Com efeito, pese embora o estado de intenso remeximento verificado na disposição dos restos humanos, estes apresentam-se pouco fracturados, facto pouco condizente com a hipótese de violação do sepulcro. Desta forma, as características aludidas são compatíveis com a hipótese de depósito mortuário secundário (ossuário), idêntico a outros, de idade neolítica, como o da gruta da Furninha, Peniche, para dar só um exemplo. Assim sendo, carece de fundamento, até por não estar de acordo com a realidade arqueológica da época, a hipótese de Joaquim Fontes, segundo a qual um aluimento de terras teria sido o responsável pelo isolamento de uma família que ali vivesse. Os rituais funerários adoptados neste como em outros casos, escapam-nos quase completamente. Convém reter, porém, a observação de Carlos Ribeiro acerca das abundantes cinzas associadas a estes restos humanos, que também se reconheceram em outros sepulcros portugueses. Talvez se possam relacionar com práticas purificadoras realizadas nos recintos fúnebres. No caso vertente, tratando-se de depósito secundário, verdadeiro ossuário onde se acumularam restos de diversos indivíduos, importaria conhecer o local de deposição primária, de onde tivessem provindo, o qual não poderia situar-se muito longe.

Datação de radiocarbono efectuada sobre amostra aleatória destes restos integra-os na última fase de ocupação do povoado, o Calcolítico Pleno, correspondendo-lhe o intervalo, com 95 % de probabilidade, de 2580 — 2150 a. C.

Outra gruta natural aproveitada como necrópole pré-histórica foi a da Ponte da Lage. Tal como sucedia em Carnaxide e em Leceia, também esta se poderá relacionar como povoado pré-histórico, de pequenas dimensões, situado no outeiro de Penas Alvas. Alguns dos materiais humanos recuperados por Carlos Ribeiro, aquando da primeira

exploração da gruta, em 1879, foram sumariamente inventariados em 1957 por G. Zbyszewski e colaboradores. As escavações foram retomadas no ano seguinte, sob a direcção de O. da Veiga Ferreira. Incidiram apenas sobre a entrada da gruta, o único local deixado intacto pelas escavações anteriores. Por debaixo dos entulhos, depararam os exploradores com pequena sepultura, assim descrita: «Aproveitando as sinuosidades da rocha do lado direito e, completando o espaço para se deitar um esqueleto dobrado, foi feita do lado esquerdo e cabeceira, uma pequena parede com blocos de calcário de pequenas dimensões. Os restos do esqueleto que encontrámos tinha as pernas metidas dentro de dois buracos naturais abertos na parede rochosa. O espaço ocupado pela sepultura é muito pequeno e por isso pensamos que o esqueleto estava dobrado. A meio das pernas do indivíduo sepultado havia dois vasos cerâmicos, um dentro do outro e voltados ambos com a boca para baixo. Do lado direito do corpo havia uma machado de anfibolito de tipo primitivo. Completava o espólio, uma ponta de seta de sílex com rudimento de aletas, dois fragmentos de lâminas de sílex, um elemento de dente de foice e algumas contas discóides de calaíte».

As características deste espólio levam a situar a sepultura no Neolítico Final, época em que se generalizou o enterramento individual em grutas naturais; a lapa da Galinha, Alcanena, e a lapa do Bugio, Sesimbra, são apenas dois exemplos conhecidos de necrópoles constituídas por enterramentos individualizados no interior de grutas, daquele período. Assim sendo, é provável que a gruta da Ponte da Lage tivesse constituído uma mais vasta necrópole, a que se deverão reportar os materiais humanos recolhidos no seu interior, a qual foi parcialmente destruída pelas sucessivas ocupações posteriores ali efectuadas, de época campaniforme, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro.

A última necrópole pré-histórica até ao presente identificada na região oeirense situava-se no sopé do Monte do Castelo, cerca de 800 m para Sul do povoado pré-histórico de Leceia, pequeno outeiro de formato cónico, correspondente a resto de antiga chaminé vulcânica de idade fini-cretácica. Pela sua implantação, entre o estuário do Tejo e aquele povoado, constituindo elevação isolada na paisagem, Carlos Ribeiro considerou-a como atalaia dos habitantes de Leceia, situação com paralelos noutros povoados fortificados calcolíticos peninsulares, como o de Los Millares, Almería. Tal facto encontra-se atestado pela ocorrência de materiais arqueológicos na base da elevação, alguns deles coevos da ocupação do Calcolítico inicial de Leceia, recolhidos em área atingida pela lavra de antiga pedreira, de grandes dimensões, hoje totalmente entulhada.

Foi, precisamente, a exploração dessa pedreira que provocou a destruição de uma sepultura colectiva pré-histórica. Aquando da sua localização, apenas subsistia pequena parte do chão da câmara sepulcral, constituindo pequena plataforma na frente de exploração. Tratava-se de uma gruta artificial, escavada nos calcários brancos do Cretácico Inferior que ali afloram, idêntica a outras existentes na região (Alapraia, Cascais; Carenque, Sintra e Quinta do Anjo, Palmela). Os escassos despojos humanos recolhidos, que constituiriam um todo coerente, atribuível aos fundadores do monumento, utilizado durante curto lapso de tempo, foram datados pelo radiocarbono. O intervalo obtido, para uma probabilidade de 95%, foi de 3509 — 3147 a. C. A construção e utilização do sepulcro seria, pois, contemporânea da fase mais antiga da ocupação de Leceia, integrável, como se disse, no Neolítico Final da Estremadura. Dada a proximidade do povoado pré-histórico, é lícito considerarmos esta sepultura como pertencente àquela comunidade. Por outro lado, a datação obtida vem demonstrar que os sepulcros do tipo «hipogeu» começaram a ser construídos ainda no Neolítico Final, evidência já sugerida pela tipologia dos espólios recolhidos nalguns deles, avultando, entre todos, a câmara ocidental do monumento da Praia das Maças, Sintra.

9. O Calcolítico

O progresso dos conhecimentos no faseamento do povoamento na Baixa Estremadura, na passagem do Neolítico para o Calcolítico e no decurso deste último período, fica a dever-se, sobretudo, aos resultados obtidos nas escavações de Leceia, objecto de publicação regular. Com efeito, neste arqueossítio detectou-se e caracterizou-se sucessão estratigráfica de excepcional interesse, constituída, essencialmente, por três camadas arqueológicas, com significado cultural específico. Assim, a primeira ocupação, datada do Neolítico Final, encontra-se representada pela Camada 4, separada da seguinte por superfície de erosão, correspondente a período de abandono do povoado, o qual poderia não ter sido total. Camada seguinte — Camada 3 — corresponde a nova fase cultural, o Calcolítico Inicial; encontra-se, por sua vez, separada da Camada 2 por novo momento de abandono menos marcado que o anterior. Esta última corresponde ao Calcolítico Pleno, e ao Campaniforme, representado no topo da mesma por escassos materiais cerâmicos.

O espólio arqueológico recolhido em cada uma destas camadas — muito especialmente a cerâmica, pelas formas e decorações que ostenta — suporta a referida diferenciação cultural: as dezenas de milhares de peças cerâmicas compulsadas ao longo

de toda a sequência estratigráfica têm vindo a confirmar, ano após ano, aquela proposta sequencial. Neste aspecto reside uma das contribuições científicas mais interessantes de Leceia, ao permitir demonstrar, de forma inequívoca, a estreita correlação existente entre as três camadas estratigráficas identificadas, o seu conteúdo arqueológico e as respectivas fases culturais que corporizam, as quais, por seu turno, puderam ser relacionadas com a própria evolução arquitectónica do dispositivo defensivo, ao longo da sua própria existência entre cerca de 2800 e 2500 anos a. C..

Com efeito, a cerâmica decorada por impressões ovulares, organizadas em dois motivos principais — a «folha de acácia» e a «crucífera» — é exclusiva da Camada 2 (Calcolítico Pleno), sendo, por conseguinte, totalmente desconhecida na Camada 3 (Calcolítico Inicial). Tais motivos decorativos ocorrem, essencialmente, em grandes vasos globulares, ditos «de provisões». Por seu turno, a Camada 3, embora mais antiga, é caracterizada por um tipo de recipiente muito mais cuidado, de forma cilíndrica, de pastas finas e depuradas, com decoração obtida por ténues caneluras feitas a punção rombo, logo abaixo do bordo e junto ao fundo: trata-se da forma clássica do «copo», recipiente pela primeira vez identificado e descrito por Afonso do Paço, com base em materiais por ele recolhidos em Vila Nova de São Pedro, Azambuja.

Do restante espólio, ao nível dos artefactos de pedra lascada e de pedra polida, transparece marcada continuidade tipológica ao longo de toda a sequência estratigráfica: nada nos indica, pois, a existência de «sobressaltos» na evolução económica e social destas populações, na passagem do Calcolítico Inicial para o Pleno.

Do ponto de vista da cronologia absoluta, Leceia pode considerar-se o povoado pré-histórico português melhor caracterizado. De facto, uma das prioridades científicas assumida desde o início dos trabalhos de campo, em 1983, foi o estabelecimento de uma cronologia absoluta para as diferentes fases culturais identificadas, fazendo uso da datação pelo radiocarbono de diferentes materiais orgânicos — carvões, ossos e conchas. Os resultados foram sendo publicados à medida que os laboratórios os forneciam e constituíam, em 1994, um conjunto de dezasseis datas, abrangendo todas as fases culturais ali registadas. Embora este número já fizesse de Leceia uma das estações arqueológicas melhor caracterizadas sob este aspecto do território português, julgou-se necessário prolongar o programa encetado, dada a importância da estação, a boa definição das camadas arqueológicas e, sobretudo, a controvérsia que tem rodeado quer a cronologia absoluta das diversas fases culturais do Calcolítico da Estremadura quer a idade da transição Neolítico-Calcolítico, questões que o conjunto então disponível não permitia resolver cabalmente. Para o efeito, um lote de vinte amostras, relativas a todas as fases culturais identificadas e oriundas de diversos locais da área escavada, foram submetidos a datação.

Os resultados relativos à Camada 4, do Neolítico Final, foram anteriormente apresentados.

No respeitante à Camada 3, do Calcolítico Inicial, as nove datas obtidas situam estatisticamente a ocupação do sítio, para uma probabilidade de 95%, entre 2870 e 2400 anos a. C. Comparando estes resultados com os apresentados para o Neolítico Final, verifica-se que o período de abandono da estação entre as duas ocupações ascendeu a algumas dezenas de anos. Por outro lado, se tomarmos como representativos estes resultados para toda a região estremenha, não parecem restar dúvidas que esta fase cultural se inicia muito antes no Alentejo, quando em Leceia florescia ainda o Neolítico Final.

Ao Calcolítico Pleno correspondem dezoito datas; para uma probabilidade de 95%, a ocupação decorreu entre 2850 e 1950 anos a. C. Desta forma, apesar de se observar certa sobreposição ente as datas correspondentes ao Calcolítico Inicial e ao Calcolítico Pleno — facto que se fica a dever, sobretudo, às imprecisões de calibração do método, actualmente existentes — é possível estabelecer uma data à volta de 2600 anos a. C. para a transição entre o Calcolítico Inicial e o Calcolítico Pleno, na Estremadura, resultado inédito e de importância científica com grande relevância, no âmbito da investigação pré-histórica regional.

50

Tendo em consideração os resultados expostos, conclui-se que a construção da imponente fortificação de Leceia se efectuou logo nos primórdios do Calcolítico Inicial, cerca de 2800 anos a. C. Trata-se de dispositivo defensivo constituído por três ordens de muralhas, construídas simultaneamente, integrando entradas, bastiões, caminhos, etc. Os espaços entre muralhas eram ocupados por estruturas comunitárias, como currais (identificou-se um de planta quase circular), eiras, casas e grandes superfícies lageadas, talvez destinadas a reuniões comunitárias ou à concentração de pessoas e de bens, do segmento populacional que viveria extramuros, em épocas de maior instabilidade social. O todo construído denuncia uma concepção prévia do espaço edificado, assumindo características proto-urbanas e onde a preocupação pela salubridade era já evidente, denunciada por uma estrutura de planta circular destinada à acumulação de detritos produzidos no interior do espaço habitado. Porém, o período de florescimento e apogeu desta «cidade fortificada» foi efémero. Ainda no decurso do Calcolítico Inicial se observa já o declínio do povoado, o qual se acentua notoriamente no Calcolítico Pleno: nessa altura, o dispositivo defensivo encontrava-se quase ou mesmo totalmente desactivado e em franco estado de degradação. O povoado sofreria também uma redução muito significativa no número dos seus habitantes: de cerca de duzentos, calculados para uma área construída de aproximadamente dez mil metros quadrados, segundo proporção definida para povoados

mediterrâneos da mesma época, a área habitada contrai-se, em torno do núcleo central da fortificação, no Calcolítico Pleno. As estruturas habitacionais evidenciam, por seu turno, degradação da qualidade construtiva, acompanhando o declínio do povoado: de construções de alvenaria argamassada, circulares, por vezes de assinaláveis dimensões, no Calcolítico Inicial, como uma cabana com cerca de cinco metros de diâmetro, no Calcolítico Pleno apenas se reconheceram estruturas perecíveis, feitas de materiais vegetais, de planta irregular, por vezes aproveitando troços de panos de muralha que ainda se mantinham de pé.

Porém, é neste contexto, de aparente e generalizada decadência, que o cobre faz a sua aparição, não tendo, pois, qualquer relação com a construção da fortificação. A demonstração cabal desta evidência, plenamente confirmada em Leceia, constitui outro dos contributos mais interessantes, a nível científico, proporcionados pela escavação da estação.

Importa, ainda que muito sumariamente, no âmbito e objectivos deste estudo, mencionar a traços largos as bases de subsistência, a vida económica, as características sociais e os aspectos relacionados com o mundo mágico-simbólico das sucessivas gerações que habitaram a plataforma rochosa de Leceia; vejamo-las, sucessivamente.

As catorze campanhas arqueológicas anualmente realizadas em Leceia, desde 1983, sob nossa direcção, conduziram a copioso conjunto de materiais estratigrafados, bem como a numerosas observações de campo, que constituem a mais completa referência para o estudo do processo de calcolitização da Estremadura. O registo obtido evidencia a evolução «in loco», ao longo de mais de mil anos, de uma sociedade dinâmica e crescentemente complexa, explorando de forma cada vez mais aperfeiçoada os recursos naturais disponíveis, dos quais dependia, em última instância, a sua sobrevivência. Foi a aptidão agro-pastoril dos terrenos envolventes, rentabilizada pelas melhorias progressivamente introduzidas ao nível das tecnologias de produção, que viabilizou a obtenção de excedentes económicos susceptíveis de suportar diversificada rede de permutas de matérias-primas com outras regiões. Trata-se, pois, de uma comunidade economicamente aberta, sedentária e circunscrita a determinado território.

A caça, a pesca e a recollecção de moluscos — a captura do veado e do javali, excepcionalmente do urso e do lince, documenta a existência de manchas florestais (bosque mediterrâneo), pontuando espaços abertos, ocupados por pastagens naturais, propícias à circulação de manadas de auroques e de cavalos selvagens, também presentes nos inventários faunísticos.

Diversos anzóis de cobre, bem como numerosos restos de douradas e de parcos, comprovam a pesca à linha, no litoral do estuário do Tejo, em pequenas embar-

cações ou a partir da praia. O uso de redes é sugerido pela presença de diversos pesos de pesca, embora estes pudessem ser usados somente na pesca à linha.

O uso de moluscos na alimentação encontra-se bem documentado. Estes eram facilmente recolhidos na enseada então formada pela confluência da ribeira de Barcarena com o estuário do Tejo e ao longo do litoral deste. Apesar da diversidade dos biótopos explorados, não seria necessário percorrer mais de 5 km, ao longo da costa, para se obterem todas as espécies de moluscos identificadas.

A exploração de matérias-primas — Na zona do povoado e suas imediações, explorava-se o sílex cinzento, a céu aberto ou através de pequenos poços e galerias, permitindo produção diversificada de numerosos artefactos, desde pontas de seta a lâminas, raspadores, furadores, buris, denticulados e outros. Os basaltos, também localmente disponíveis, permitiam o fabrico de picaretas, machados, mós e percutores. Os calcários, que constituem o substrato geológico na área de implantação do povoado, foram usados sobretudo como materiais de construção, enquanto que as argilas, também disponíveis localmente, serviram não só para a indústria cerâmica, mas também como ligantes, em alvenarias argamassadas.

A captação e armazenamento da água — Desconhecem-se estruturas de captação, condução ou armazenamento da água. O local não era favorável à existência de poços. A água seria obtida tanto na ribeira de Barcarena como, sobretudo, em nascentes situadas a pouco mais de duzentos metros do povoado, a uma cota superior a Este, situação que permitiria, eventualmente, a sua canalização.

A agricultura — Três eiras de planta circular, das quais subsistiu o embasamento, feito de lages de pedra cuidadosamente ajustadas entre si, bem como a frequência de mós manuais e de elementos de foice de sílex, documentam a importância da agricultura cerealífera, potenciada pelo aproveitamento da tracção animal, que permitiu, talvez pela primeira vez, o uso dos férteis solos basálticos, muito pesados, particularmente adequados a tais culturas, que desde então os caracterizou.

Ao longo do vale da ribeira de Barcarena cultivava-se a fava e o linho, espécies que, embora não reconhecidas em Leceia, foram referenciadas em outros povoados calcálticos, como no de Vila Nova de São Pedro, por Afonso do Paço e A. R. Pinto da Silva. A horticultura é também sugerida pela presença de sachos de pedra polida, cujos gumes atestam pancadas violentas, resultantes da cava do solo pedregoso.

Pastagens e animais domésticos — Os machados eram usados na criação de clareiras, destinadas a pastagens e a campos agrícolas. Apascentavam-se rebanhos de ovinos, caprinos e bovinos, os quais, conjuntamente com varas de porcos, se dispersavam pelos campos em redor do povoado, denunciando a plena manipulação de todas as espécies domésticas que actualmente são a base da nossa própria

alimentação. Ao cão, também presente, cabia a função de guardador de rebanhos, ainda que, esporadicamente, também pudesse servir de alimento. Alguns animais domésticos forneciam também leite, transformado em lacticínios, recorrendo-se a cinchos de barro, apenas conhecidos no Calcolítico Pleno.

O comércio e as trocas de matérias-primas — A variedade de matérias-primas identificadas, ilustra a pujança económica das comunidades sediadas em Leceia, cujos excedentes de produção agro-pastoril, além do sílex, suportavam o estabelecimento de permutas a curta, média e longa distância, favorecidas pela própria localização geográfica do povoado. Dali dominava-se uma das principais vias de penetração na Estremadura, a partir do estuário do Tejo e, ao longo do grande rio peninsular, acedia-se tanto ao interior, como ao litoral oceânico adjacente.

Arenitos e granitos, obtidos na região de Belas ou de Sintra-Cascais, eram utilizados para o fabrico de mós manuais. De região mais afastada, até Mafra, provinham rochas duras para a confecção de artefactos de pedra polida: dioritos, sienitos, andesitos e gabros e ainda quartzo, feldspato e micas, utilizados como desengoraduras na indústria cerâmica.

O sílex, abundante em Leceia, seria permutado em larga escala por anfibolitos, disponíveis no Alto Alentejo e também nas Beiras, através da importante via comercial que era o Tejo e os seus afluentes, pressupondo vias de abastecimento estáveis e duradouras. O abastecimento de matéria-prima tão específica, então estratégica, oriunda de longa distância, configura um dos exemplos mais notáveis de comércio trans-regional a longa distância, à escala europeia.

O cobre proviria, sobretudo, do Baixo Alentejo, sob a forma de pequenos lingotes, transformados nos povoados por processos metalúrgicos primitivos. Com efeito, a escassa disponibilidade de tal metal na Estremadura não permitia satisfazer todas as necessidades.

Outros materiais duros seriam importados, de várias centenas de quilómetros de distância, como pequenos núcleos de quartzo semi-hialino, para o fabrico de lamelas, além de lascas em bruto, estas da região de Rio Maior, transformadas em Leceia em lâminas foliáceas e de pontas de seta de sílex jaspóide, oriundas do Alentejo, vindas talvez por acréscimo com as rochas anfibolíticas, dali maciçamente importadas.

Usaram-se matérias-primas exóticas na confecção de adornos, como as apreciadas contas de minerais verdes (variscites), importadas de centenas de quilómetros de distância. A fluorite é outro mineral raro, usado para aquela finalidade, susceptível de se obter em pegmatitos graníticos das Beiras ou do Norte do País. Enfim, o marfim, representado em Leceia por objectos de adorno e de carácter ideotécnico, é de evidente origem norte-africana. Tem sido o exemplo mais frequentemente invocado para ilustrar o

comércio de matérias-primas de origem extra-penínsular, visto ser inviável admitir outras alternativas, como a de se tratar de marfim fóssil, de elefantes plistocénicos peninsulares.

Os artefactos do quotidiano — O sílex local, explorado em diversas oficinas identificadas a escassas centenas de metros do povoado, serviu para a preparação de numerosos artefactos de pedra lascada: lâminas, furadores, raspadores, buris, raspadeiras, denticulados e micrólitos. Todos estes tipos ocorrem no Neolítico Final, persistindo ao longo do Calcolítico, embora com variações de frequência. As pontas de seta são sempre escassas, contrastando com a grande abundância em outros povoados fortificados. As grandes lâminas foliáceas surgem já no Neolítico Final, tornando-se abundantes no Calcolítico Inicial e, sobretudo, no Calcolítico Pleno; correspondem a tipo de artefacto com uso múltiplo, destacando-se o seu aproveitamento como elementos de foice; assim sendo, o acréscimo verificado no Calcolítico Pleno está de acordo com o processo de intensificação da produção, então verificado a todos os níveis. Tais lâminas eram acabadas nos povoados, sobre lascas importadas em bruto, ao contrário das peças de menores dimensões, cujos núcleos, ali encontrados atestam, com frequência tal conclusão.

54

Observam-se maiores afinidades entre o conjunto de pedra lascada do Neolítico Final e o do Calcolítico Pleno que entre este e o do Calcolítico Inicial. Deste modo, parece lícito concluir-se que os dois primeiros se encontram, respectivamente, nos ramos de desenvolvimento e de declínio de curva correspondente à evolução das indústrias líticas lascadas representadas em Leceia, cujo ponto culminante seria ocupado pelo conjunto do Calcolítico Inicial.

Os artefactos de pedra polida encontram-se representados por machados, enxós, formões, escopros e cunhas, a maioria dos quais (cerca de 70%) fabricados em rochas importadas, de tipo anfibolítico. Alguns machados mostram reaproveitamento como percutores; outros, dificilmente se podem diferenciar dos sachos, a não ser pelos vestígios de pancadas violentas que ostentam. De salientar a presença de martelos de anfibolito com extremidades ocupadas por estreitas superfícies polidas, substituindo os gumes, destinados a trabalhos de precisão, entre os quais se poderá considerar a martelagem do cobre.

Os artefactos de osso correspondem a abundante e diversificado conjunto, constituído por furadores, sovelas, agulhas, escopros, punhais e goivas. Os artefactos maiores deixam perceber os segmentos anatómicos e as espécies (boi, ovelha e cabra e, mais raramente, veado) de que foram obtidos. Excepcionalmente, aproveitaram-se ossos de aves, com destaque para o ganso-patola, para o fabrico de furadores-lancetas de grande poder penetrante, usados talvez na tecelagem ou como

instrumentos cirúrgicos. Uma bigorna é adaptada de porção de costela de cachalote, ocasionalmente arrojado à praia.

No concernente à indústria cerâmica, a evolução das formas e da respectiva decoração afiguram-se determinantes no faseamento cultural do Neolítico e do Calcolítico estremenhos.

A metalurgia encontra-se documentada em Leceia pela presença de escórias de fundição e de lingotes de cobre, mostrando que a redução do cobre se efectuava junto às minas e a sua ulterior transformação, em diversos instrumentos, em cada povoado, de acordo com as respectivas necessidades. Trata-se em geral de artefactos de pequenas dimensões (furadores, agulhas, escopros, sovelas e anzóis) cujas funções os seus equivalentes líticos ou ósseos desempenhavam menos satisfatoriamente. O cobre, nativo ou sob a forma de carbonatos (malaquite), era minerado a céu aberto ou em pequenas minas, situadas sobretudo no Baixo Alentejo.

A tecelagem, a par da metalurgia, pode ser considerada outra das actividades especializadas desenvolvidas no povoado. Pesos de tear quadrangulares, de barro, com quatro furos nos cantos, comprovam que esta actividade conheceu nítido acréscimo no Calcolítico Pleno, acompanhando o processo de intensificação económica então verificado. Além de fibras vegetais, como o linho, cultivado em lameiros junto à ribeira de Barcarena, seria também tecida a lã.

Aspectos sociais — Uma grande e complexa fortificação, como a de Leceia, sugere a existência de «elite», responsável pela concepção e ulterior coordenação da respectiva construção. Por outro lado, o tamanho e a qualidade construtiva de uma casa de planta circular, situada na zona mais privilegiada do espaço defendido, sem paralelo noutras casas coevas, reforça a aludida diferenciação social intracomunitária, talvez de raiz económica, sem que se possa, evidentemente, falar ainda de verdadeiras classes sociais.

Aspectos da superestrutura mágico-religiosa — Várias estatuetas maciças de terracota, de grande qualidade plástica, foram encontradas em nível da primeira ocupação, do Neolítico Final. Trata-se da representação de porcas, as quais, pelas formas rotundas e extrema facilidade de reprodução, facilmente se identificam com a noção de fecundidade e abundância. A representação genital feminina, com morfologia característica da época do cio, explícita em um dos exemplares, mais reforça a sua relação directa com cultos agrários propiciatórios de boas colheitas e com a fertilidade.

A presença de diversos ídolos-cilindro de calcário sugere a existência de pequenos altares domésticos. Estas peças ocorrem tanto no Calcolítico Inicial como no Pleno; porém, a existência de alguns, do Calcolítico Pleno, fortemente fracturados

ou reaproveitados como pilões, sugere perda da sua carga simbólica. Um exemplar de pequenas dimensões ostenta, estilizado, o triângulo genital, explicitando a natureza feminina da Divindade. É nítida a integração destas peças, algumas com a representação de tatuagens faciais, no contexto cultural calcolítico do Sul peninsular.

Dois exemplares de terracota, do Neolítico Final, recolhidos em Leceia, vêm demonstrar, porém, que se trata de protótipo de tradição peninsular mais antiga, o qual, por influências culturais exógenas, passaria a ser, no decurso do Calcolítico, executado preferencialmente em calcário, rocha com larga utilização simbólica no Mediterrâneo oriental. A preferência dada a esta rocha na confecção de tais peças poderá traduzir, desta forma, influência indirecta, ao nível da superestrutura mágico-religiosa, com origem no Mediterrâneo oriental.

Também é difícil estabelecer limites rigorosos entre amuletos e adornos. Certos ídolos-cilindro, de osso, muito estreitos e alongados, munidos de gola, usados provavelmente suspensos de fios e colares, entram, sem dificuldade, no grupo dos amuletos. Por outro lado, certos adereços poderiam, pela matéria-prima de que são confeccionados, deter determinado valor simbólico: é o caso da evidente preferência pelos minerais verdes, na confecção de contas e pendentos, de morfologia e tamanho variados.

56

Leceia no quadro da sociedade calcolítica da Baixa Estremadura — Ao longo de cerca de mil anos de ocupação da plataforma de Leceia, naturalmente alta e defensável, construiu-se imponente fortificação, assistindo-se, depois, ao seu ulterior declínio e total abandono. Tal evolução materializa a própria transformação da sociedade calcolítica: a transição de uma sociedade tribal, de tipo igualitário, para uma sociedade crescentemente complexa, e já estratificada socialmente, como a da Idade do Bronze, foi corporizada pela sociedade calcolítica. Os indícios de proto-urbanismo observados em Leceia, a diferenciação intracomunitária ali vislumbrada, a franca abertura a contactos económicos, que viabilizaram a introdução de novas tecnologias, como a do cobre, bem como a adopção de novas práticas religiosas, de origem ou influência mediterrânea, desvendam uma comunidade francamente aberta e permeável, quase que «cosmopolita», a qual já não se coaduna perfeitamente ao modelo tribal.

10. A Ecloração das Cerâmicas Campaniformes

Tradicionalmente, considera-se na Estremadura, a existência de três grupos de cerâmicas campaniformes, definidos tanto pelas formas predominantes dos

respectivos recipientes, como pelas técnicas e motivos decorativos que ostentam; a tais grupos foi atribuído significado cronológico-cultural diferenciado: do mais antigo para o mais moderno, teríamos, segundo este modelo, sucessivamente, o Grupo Internacional, o Grupo de Palmela e o Grupo Inciso. No concelho de Oeiras, as cerâmicas campaniformes — conquanto presentes em outras estações pré-históricas, com destaque para a gruta da Ponte da Lage, então utilizada como necrópole — é em Leceia que assumem o seu maior significado.

Ali, tal como em outros povoados estremenhos com ocupações importantes no Calcolítico Pleno, é o Grupo Internacional, representado pelas suas duas formas mais emblemáticas, o vaso campaniforme «de tipo marítimo» e a caçoila acampanada, que predomina, na área intramuros, sugerindo anterioridade relativamente aos restantes grupos campaniformes. Nas campanhas de 1990, 1993, 1995 e 1996 reuniram-se, porém, novos e importantes elementos que permitiram reapreciar a questão da eclosão e desenvolvimento das cerâmicas campaniformes na região estremenha.

Com efeito, no decurso das referidas campanhas, identificaram-se e exploraram-se duas estruturas habitacionais, construídas extramuros, de planta oval, definidas por alinhamentos de blocos, correspondentes à fixação de uma superestrutura de materiais precívies, que não se conservaram.

As suas dimensões máximas, segundo o eixo maior, atingem, respectivamente, os 5 e os 10 m. Trata-se das únicas casas da época campaniforme até ao presente identificadas e exploradas em território português. A maior destas unidades, por certo de vida curta atendendo às suas características, forneceu um conjunto de cerâmicas campaniformes, onde coexistiam vasos internacionais, taças de tipo Palmela e cerâmicas incisas diversas, características do terceiro e mais moderno dos grupos campaniformes anteriormente referidos. Tal conjunto ilustra, desta forma, a «baixela» corrente utilizada em uma unidade habitacional, pondo em causa, por um lado, a hipótese de se tratar de uma cerâmica de «prestígio» e, por outro, a ideia de os referidos grupos corresponderem a sucessão rígida, visto fragmentos integráveis em qualquer deles ocorrerem de forma indiferenciada e em estrita associação entre si, sendo, por conseguinte, inquestionavelmente coevos. A estrutura mais pequena forneceu um lote menos numeroso de cerâmicas campaniformes, onde as do Grupo Inciso eram quase exclusivas; tal explicação, para além da incidência cronológica, poderá ter explicação meramente cultural ou outra: bastaria, para o efeito, que a pequena família ali vivendo tivesse preferência por tal tipo decorativo, ou que os outros não fossem usados pelo grupo no qual aquela se inseria.

Obtiveram-se duas datações de radiocarbono para cada uma destas estruturas. A maior, fundada directamente sobre a Camada 4, do Neolítico Final, deu o resulta-

do de 2825 — 2654 anos a. C., para uma probabilidade de 95%; a menor, fundada em camada de derrube da fortificação, e portanto seguramente mais moderna do que o abandono desta, corresponde ao intervalo de 2629 — 2176 anos a. C., igualmente para 95% de probabilidade.

Tendo em atenção o atrás exposto, parece estar-se numa situação análoga àquela que o estudo do laboratório de radiocarbono do British Museum conduziu para as Ilhas Britânicas: coexistência dos diferentes estilos de decoração campaniformes, desprovidos de significado cronológico específico. No concernente ao nosso território, haverá que atender, também, a factores de ordem geográfica. Com efeito, a predominância de decoração a ponteadado sobre a incisa, na região do baixo Sado, parece ilustrar uma tendência regional, já numa fase de plena afirmação destas cerâmicas, diversa da do baixo Tejo onde, na mesma época, predominava o estilo inciso.

Por outro lado — e não será demais sublinhá-lo — as datas mais antigas para as cerâmicas campaniformes — onde se inscrevem as de Leceia, especialmente a mais antiga — fazem recuar a sua origem, na Estremadura, para, pelo menos, o início do Calcolítico Pleno, época em que, no interior da fortificação de Leceia, tais cerâmicas eram desconhecidas. Desta forma, se o faseamento do Calcolítico estremenho, admitido até ao presente, em Inicial, Pleno e Final — este último, correspondente à época a que tradicionalmente se fazia corresponder a eclosão das cerâmicas campaniformes — assume um significado cultural, já o respectivo significado cronológico não poderá deixar de ser posto em causa.

Na verdade, a interpretação do «fenómeno campaniforme» tem sido objecto de acesa discussão, a nível internacional, não se tendo até hoje chegado a conclusões unanimemente aceites. Desde a existência de um «Beaker Folk» das teorias difusionistas, com invasões e movimentos de «refluxo», até uma evolução local, sem estímulos externos, passando pela utilização restrita desta sofisticada cerâmica por um grupo social dominante ou pela sua correspondência, simplesmente a peças de «prestígio», várias têm sido as interpretações da evidência arqueológica, não raras vezes apresentada de forma contraditória.

Os dados de observação recolhidos em Leceia permitem, como julgamos, contribuir significativamente e com novos elementos para a discussão desta questão. Já anteriormente foi referido que, por volta de 2600 anos a. C., a fortificação de Leceia se encontrava em processo de franco declínio, associado à contracção do espaço habitado. Dessa fase cultural participavam cerâmicas com decoração em «folha de acácia» e em «crucifera», mas dela encontravam-se totalmente ausentes as cerâmicas campaniformes. A continuação da ocupação do espaço habitado intramuros foi

acompanhada, a partir dessa época, pela do espaço extramuros, como atestam as duas estruturas habitacionais antes referidas, nas quais as cerâmicas campaniformes são exclusivas. Assim sendo, e aceitando que diferentes culturas materiais espelham realidades culturais distintas, estar-se-ia perante duas comunidades cultural e socialmente diferentes: da prolongada convivência que mantiveram ao longo de várias centenas de anos entre si, teriam resultado influências mútuas. Admite-se, no referente às populações sedentárias fixadas intramuros, que o segredo da metalurgia do cobre possa ter sido apreendido ou comunicado pelas populações campaniformes que, detentoras de uma avançada metalurgia e sendo muito mais móveis no território, serviriam naturalmente de elemento de ligação entre áreas geográficas culturalmente distintas. Por seu turno, estas últimas teriam adaptado às suas produções cerâmicas formas, motivos e técnicas decorativas que delas não faziam inicialmente parte. O Grupo de Palmela é, justamente, considerado como o resultante de tais influências «indígenas».

Uma tão recuada época para a presença campaniforme na Estremadura, com início cerca de 2800 anos a. C., tem paralelos noutras estações do nosso território e além-fronteiras. Por outro lado, o final do campaniforme é, na Estremadura, anterior ao último quartel do III Milénio a. C. Esta conclusão encontra-se corroborada, não apenas pelas datas disponíveis mas também pela data obtida no povoado do Bronze Pleno de Catujal, a qual, para um intervalo de probabilidade de 95 %, corresponde ao intervalo de 2028-1752 a. C.

Nestes derradeiros momentos calcolíticos, e de transição para o Bronze Inicial, transição essa corporizada, na região estremenha, pelas cerâmicas campaniformes, assiste-se à ocupação de sítios por via de regra desprovidos de condições naturais de defesa, realidade cujo significado económico-social carece de explicação. Significará que o clima de tensão generalizada a que se assistiu no decurso de quase todo o III Milénio, tão bem documentado em Leceia pela imponente fortificação ali erguida, objecto de sucessivos reforços e ampliações que bem atestam o clima de instabilidade e insegurança permanentes, se tenha gradual ou bruscamente dissipado, como parece sugerir o seu próprio declínio, desde o fim do Calcólítico Inicial? Com efeito, aparelhos ciclópicos, recorrendo a blocos com muitas centenas de quilogramas só se utilizaram na fase de construção mais antiga da fortaleza.

Não obstante, é no Calcólítico Pleno que a prosperidade da comunidade instalada no esporão de Leceia terá atingido o seu máximo esplendor, decorrente da plena adopção de todas as inovações características da Revolução dos Produtos Secundários (RPS). Existe, deste modo, uma aparente contradição entre a intensificação económica e a correspondente necessidade defensiva. Assim, pode concluir-se que, pelo menos em Leceia — à falta de elementos de comparação para os dois

outros povoados calcólíticos estremenhos de importância análoga, o Zambujal e Vila Nova de São Pedro — a desagregação do modelo de sociedade calcólítica ali representado, baseado na concentração populacional em grandes povoados fortificados, teria começado a verificar-se logo desde o final do Calcólítico Inicial, acentuando-se no Calcólítico Pleno, para se assumir declaradamente no decurso da plena afirmação das cerâmicas campaniformes.

Para tal, teria concorrido decisivamente o crescente esgotamento dos recursos disponíveis em torno dos povoados, ditado pela lógica de competição intercomunitária, os quais seriam cada vez mais insuficientes para sustentar uma população em contínuo crescimento. Por outras palavras, as comunidades calcólíticas estremenhas passam, de administradoras de amplos territórios, para detentoras de domínios cada vez mais circunscritos e melhor definidos geograficamente: este terá sido o resultado a que conduziu um modelo de desenvolvimento que, partindo de melhorias tecnológicas do sistema produtivo, geradoras em princípio de maior riqueza, levou ao crescimento demográfico e ao superpovoamento de determinados núcleos, como Leceia, já de características proto-urbanas, muito para além dos recursos susceptíveis de poderem ser captados ou produzidos na área envolvente.

A breve trecho, a evolução social interna destas comunidades, ditada pela posse dos melhores territórios de que dependia, em última análise, a sua própria sobrevivência, conduziu a situações de conflito generalizado, que a ausência de um poder forte e centralizado ainda mais agravou. Estavam deste modo reunidas as condições para a natural destruição de tal modelo social. Tal evidência teria expressão, no interior dos grandes povoados fortificados e designadamente em Leceia pelos seguintes testemunhos arqueográficos ali registados: 1 — degradação das técnicas construtivas; 2 — retracção do espaço habitado; 3 — abandono generalizado, seguido de ruína, do dispositivo defensivo pré-existente.

A partir do Calcólítico Pleno, a nova ordem económico-social que então, progressivamente, se impõe, ao menos na Baixa Estremadura, consubstanciava-se, no final do Calcólítico, pelo despovoamento dos antigos núcleos fortificados e pela multiplicação de pequenos «habitats» em locais abertos, desprovidos de condições naturais de defesa, onde as cerâmicas campaniformes pontificam: exemplo deste tipo de povoamento encontra-se testemunhado na área do concelho de Oeiras pelo pequeno «habitat» situado no sopé do Monte do Castelo, a Sul de Leceia. Porém, a continuidade do povoamento de algumas das fortificações calcólíticas, na medida em que continuavam a constituir locais com condições naturais de defesa privilegiadas, nos alvares da Idade do Bronze, é-nos sugerida pela ocupação de Vila Nova de São Pedro

e do Zambujal, precursores dos povoados de altura que, a partir do Bronze Pleno, fortificados ou não, começam a ser reconhecidos na região.

Assim sendo, a desarticulação da estrutura social calcolítica que conduziu, aparentemente, ao retorno a formas e estratégias de povoamento anteriores ao Neolítico Final, interpretada como resposta ao modelo de povoamento anterior, conducente à plena libertação e optimização das capacidades produtivas das respectivas comunidades, corresponderia, na realidade, a um aumento da hierarquização social, expressa pela afirmação de um reduzido número de sítios fortificados, ainda que não constituíssem verdadeiros «lugares centrais» à escala regional, os quais só serão uma realidade efectiva na Idade do Ferro.

Tais povoados fortificados — vide, por exemplo, o Zambujal, cuja manutenção do dispositivo defensivo, na última fase de vida do povoado foi uma realidade — assumiram-se como referências na ocupação e exploração de vastos territórios, assegurada por pequenos núcleos dispersos de raiz familiar. A existência de certa hierarquização social encontra-se, aliás, denunciada, pela a manutenção de redes de troca e intercâmbio de grande amplitude, que acompanharam a difusão de artefactos cuja estandarização é evidente: trata-se dos artefactos do «pacote» campaniforme (vasos, pontas de seta e adagas, de cobre, braçais de arqueiro votivos e botões de osso). Alguns desses elementos fariam parte da indumentária e do quotidiano de uma classe guerreira embrionária, a qual viria a afirmar-se plenamente na Idade do Bronze.

61

Nestes derradeiros momentos calcolíticos, continuam, por outro lado, a utilizar-se artefactos de prestígio como grandes contas de minerais verdes e, sobretudo, adornos de ouro (espirais, contas, diademas), que reforçam a ideia de uma concentração do poder económico nas mãos de uma «elite», contrariando a aparente desarticulação social sugerida pelo padrão de povoamento dominante.

Nesta perspectiva, a reemergência da fauna selvagem que se observa nos níveis campaniformes dos escassos povoados que têm sido alvo de estudos desta índole — entre nós, apenas os de Monte da Tumba, Alcácer do Sal, e Porto Torrão, Ferreira do Alentejo — poderá ser interpretada apenas como o aumento das actividades cinegéticas do segmento dominante da comunidade — a sua «elite» guerreira — que assim se exercitaria para as actividades bélicas: a caça desempenharia, deste modo, também um meio de afirmação do estatuto social de quem a praticava.

Outra hipótese seria considerar a fauna caçada, dominante em tais níveis, tão-somente como simples recurso alimentar de populações pouco sedentarizadas, o que até estaria mais de acordo com a realidade observável mais imediata, oferecida pela abundância de pequenos «habitats» campaniformes, de provável ocupação sazonal, correspondentes ao estacionamento temporário de pequenos grupos humanos,

cuja existência, repita-se, não se afigura incompatível com a respectiva integração em modelo social fortemente hierarquizado.

Com efeito, a situação descrita tem paralelo evidente no modelo de povoamento vigente muito mais tarde, na região baixo-alentejana no Bronze Final, onde, a par de numerosos povoados de altura, vastos e fortificados, conhecidos no interior, funcionando como prováveis centros económicos e políticos, ocorrem pequenos núcleos sazonais, junto ao litoral, como em Cerradinha, Santiago do Cacém, ou em Pontes de Marchil, Faro: caso se considerassem apenas estes «habitats» litorais para a reconstituição paleossocial, seríamos ingenuamente levados a concluir que representavam sociedade igualitária, não hierarquizada, exactamente o contrário do indicado pela globalidade da informação arqueológica disponível.

Deste modo, os testemunhos campaniformes, dispersos pelos vastos campos agrícolas do concelho de Oeiras, corporizarão a passagem paulatina para um novo regime social, já plenamente da Idade do Bronze, baseado na figura do «chefe», rodeado pela «elite» a quem competiria a manutenção e vigilância de determinado território, hipótese aliás consubstanciada na bem conhecida panóplia guerreira da Idade do Bronze, com raízes que não custa remontar, como vimos, à época campaniforme.

Em conclusão: a transição de uma sociedade igualitária, vigente no Neolítico, para outra, já estratificada socialmente, como a da Idade do Bronze, foi corporizada, gradualmente pela sociedade calcolítica. As evidências recolhidas no concelho de Oeiras, especialmente as decorrentes das escavações conduzidas em Leceia, um dos mais paradigmáticos povoados calcolíticos portugueses e, mesmo, à escala peninsular, são elementos preciosos, que permitem, com base nos testemunhos materiais, a apresentação e discussão sustentada da referida questão. Com efeito, as características proto-urbanas de Leceia, a diferenciação intracomunitária que ali se entrevê, a franca abertura que os seus habitantes mantiveram com o exterior, denunciada por diversos artefactos, designadamente com o mundo mediterrâneo, dele recebendo estímulos de vária ordem, fizeram da faixa ribeirinha do Tejo, onde aquele povoado pré-histórico naturalmente se insere e, de forma mais geral, de toda a Baixa Estremadura, uma região privilegiada onde, ao longo de todo o III Milénio a. C., se entrevêem as transformações internas de uma sociedade dinâmica, em permanente transformação, prenunciadora das primeiras culturas proto-estatais do Ocidente europeu.

11. A Idade do Bronze

Até época recente, a Idade do Bronze encontrava-se apenas documentada, na região do estuário do Tejo, pela sua derradeira fase, designada por Bronze Final. A publicação do povoado do Bronze Pleno do Catujal, Loures, bem como a admissibilidade da correspondência ao Bronze Antigo das derradeiras cerâmicas campaniformes, veio colmatar a referida lacuna, de facto insustentável no plano puramente arqueológico. Por outro lado, o próprio Bronze Final, na região em apreço, é susceptível de se destringir em dois momentos culturais sucessivos: no mais antigo, as características cerâmicas de ornatos brunidos ainda eram desconhecidas: só faziam a sua aparição na segunda parte do Bronze Final. Ambos esses momentos se encontram representados na região oeirense, como veremos de seguida.

A riqueza da Baixa Estremadura, no decurso do Bronze Final, como no Calcolítico, baseava-se, essencialmente, em dois factores naturais: a fertilidade das suas terras, propícias às actividades agro-pastoris e consequentemente à produção de excedentes, susceptíveis de comercialização, e a sua excelente posição geográfica, capaz de assegurar a articulação do comércio atlântico com o mediterrâneo, tanto através da navegação de cabotagem, ao longo da costa, como utilizando rotas terrestres ou fluviais já existentes (desempenhando neste aspecto importância primordial o rio Tejo e seus afluentes, especialmente os da margem direita, penetrando profundamente na Beira Interior, de onde proviria o estanho, essencial ao fabrico de artefactos de bronze.

O enriquecimento destas comunidades estaria assim justificado, sem que seja necessário recorrer a outros factores, como a exploração do sal e a do ouro, ambos susceptíveis de serem produzidos na região do estuário e, designadamente no litoral oeirense. Assim se explicará a variedade de objectos de bronze, cujos constituintes só poderiam ser obtidos, por parte dos habitantes da região, por trocas sistemáticas de carácter permanente.

O aumento de peças metálicas de carácter utilitário, na região estremenha, parece acentuar-se nos últimos tempos do Bronze Final, sugerindo uma maior difusão e fabrico local de peças de bronze, anteriormente reservado ao fabrico de armas, exemplarmente representadas, na região em apreço, por espada pistiliforme recolhida no Tejo, em Cacilhas. Tal facto encontra-se excelentemente ilustrado pelo molde de foices de Rocanes, Cacém, junto ao limite do concelho de Oeiras, usado para a produção em série de tais artefactos (foices de «tipo Rocanes»). Estas peças substituirão, progressivamente, no decurso do Bronze Final, os exemplares utilizando lascas de sílex com bordo denteado, engastadas em suportes de madeira, muito em voga

ainda no início do Bronze Final, como se comprova pelas dezenas de elementos recolhidos, na área concelhia, em diversos locais, com destaque para o pequeno «habitat» agrícola do Alto das Cabeças, Leião.

Pode, pois, aceitar-se, que uma crescente afirmação económica da Estremadura, no decurso do Bronze Final, decorreria, ao menos em parte, da melhoria das capacidades produtivas ao nível agrícola — à semelhança do verificado na passagem do Neolítico para o Calcolítico — na sequência, da introdução de novas e mais eficazes alfaias agrícolas: a realidade de uma metalurgia local de índole utilitária, destinada a consumo próprio e, também, a eventual comercialização transregional, explorando as mais-valias decorrentes da excelência da posição geográfica desta região pode, deste modo, ser vista ao mesmo tempo como causa e consequência da melhoria das condições económicas das comunidades aqui instaladas.

No concelho de Oeiras, são particularmente favoráveis as condições para uma economia agrícola baseada na utilização intensiva e extensiva dos solos, complementada pela criação de gado ovino, suíno e bovino, especialmente evidente nos terrenos ocupados pelos solos basálticos, propícios a culturas cerealíferas. É assim que se explicam as numerosas estruturas rurais, em geral de raiz familiar, que raramente atingiam a expressão da aldeia, dispersas por esta unidade geológica, expressivamente designadas por «casais agrícolas», das quais algumas foram identificadas na região em apreço, especialmente através dos elementos de foice e fragmentos de grandes recipientes — certamente destinados ao armazenamento cerealífero — dispersos à superfície do solo, ao longo de encostas suaves e perto de pequenos córregos.

Nesses locais, desenrolar-se-ia uma vida pacífica e sedentária, ao longo de todo o ano, desde os primórdios do Bronze Final, datado apenas num desses sítios, o da Tapada da Ajuda, do século XIII a. C., até ao advento da Idade do Ferro na região, nos inícios do século VIII a. C.

Estes numerosos núcleos agrícolas, onde se desenvolvia uma economia de produção que ultrapassava largamente as necessidades próprias do consumo local, assegurariam a ocupação efectiva de territórios valiosos, cuja defesa e administração incumbia ao segmento dominante, sediado em locais defensáveis. Com efeito, o aludido enriquecimento económico seria acompanhado de crescente estratificação social, no decurso do Bronze Final, tal como se verifica, por evidências análogas, em outras áreas do País. Prova disso são os povoados de altura que, de forma cada vez mais evidente, ocorrem na região, à medida que se aproxima o fim do Bronze Final. Com efeito, é desses locais que provém a quase totalidade das cerâmicas com ornatos brunidos. A sua ocorrência nesses locais terá duas leituras: por um lado, indicam ocupação tardia adrede o Bronze Final; por outro, correspondem a peças

requintadas, só acessíveis aos estratos sociais dominantes, que precisamente os ocupavam. Na região envolvente de Oeiras, são exemplo os povoados do Cabeço dos Moinhos, Mafra, Castelo dos Mouros, Sintra, e Cabeço do Mouro, Cascais, comportando-se como núcleos de um poder ainda não centralizado, porque, vistos isoladamente, não teriam capacidade bastante para dominar os seus vizinhos: não se trata, pois, de verdadeiros lugares centrais; até ao presente não se identificou nenhum que detivesse especial estatuto de preponderância, face aos restantes.

Prova da evidente estratificação social atingida no Bronze Final encontra-se, aliás, bem expressa na região, pelo extraordinário colar da Penha Verde, Sintra. Trata-se de jóia aurífera com o peso de 1260 g, oriunda provavelmente de sepultura existente em local de altura, talvez relacionada com povoado próximo, dominando a vasta e fértil várzea adjacente.

No concelho de Oeiras ainda não se detectou nenhum local de altura com tais características. A única estação onde aquelas cerâmicas se encontram presentes — e, ainda assim, através de um único fragmento — é a gruta da Ponte da Lage; com tão escasso registo material, é inviável procurar qualquer explicação para tal ocorrência.

12. A Idade do Ferro

65

A evidente hierarquização social das comunidades que, no final do Bronze Final, ocuparam a região ribeirinha do Tejo, denuncia um poder político-militar emergente, corporizado pelas respectivas «elites», cuja existência constituiu factor propício à rápida penetração e difusão dos primeiros produtos orientais, resultantes directamente do comércio fenício. Com efeito, a embocadura do maior rio peninsular, que, desde cedo se constituiu como uma das mais importantes vias de circulação e de penetração para o interior, sendo favorável ao escoamento de matérias-primas, reunia, naturalmente, as condições ideais para a fundação de estabelecimentos comerciais pelos fenícios.

De ambos os lados do grande estuário, instalados em duas plataformas sobranceiras ao rio, identificaram-se duas estações que reúnem tais características: trata-se da quinta do Almaraz, Almada, e do claustro da Sé, Lisboa, controlando de ambos os lados a navegação e o comércio fluviais e comportando-se como verdadeiros «lugares centrais» à escala regional, sedes do comércio de troca e pólos difusores dos produtos exógenos ali desembarcados. De entre estes, dominavam, pela quantidade, cerâmicas de produção fenícia oriental ou oriundas de feitorias fenícias ocidentais, situadas no litoral levantino ou marroquino, cuja cronologia, com base nos estudos

até ao presente efectuados dos elementos tipologicamente relevantes, não ultrapassa os meados do século VII a. C.

A tais materiais sucedem-se outros, ao longo dos séculos VI e V a. C., os quais, embora ainda influenciados pelos protótipos orientais, correspondem essencialmente a produções locais ou regionais. Esta situação encontra-se exemplarmente documentada nos aglomerados comerciais supra referidos, onde então pontificavam, entre as importações, as peças oriundas do comércio púnico, integrando, entre outras, cerâmicas áticas, difundidas a partir do importante pólo comercial que era a cidade de Gades. Também no território imediatamente adjacente do estuário, se encontraram testemunhos de materiais equivalentes aos referidos. Especialmente do lado Norte, persistia o tipo de povoamento idêntico ao do Bronze Final: pequenos «casais agrícolas» dispersavam-se pela região, vocacionados, como os anteriores, para uma exploração agro-pastoril permanente e intensiva dos férteis solos basálticos. Desta forma, é lícito admitir a manutenção do modelo de organização social herdado do Bronze Final, que a introdução de novas tecnologias, designadamente o uso de artefactos de ferro, da escrita e a possibilidade de, pela primeira vez, ser possível o fabrico de recipientes cerâmicos em série e padronizados, pelo recurso ao torno rápido, não terá alterado significativamente.

66

No concelho de Oeiras, são exemplo desses «casais agrícolas» dos séculos VI e V a. C., os núcleos de Outurela I e Outurela II, distanciados escassas centenas de metros, em encosta basáltica voltada para o estuário do Tejo. Trata-se de unidades habitacionais constituídas por casas de planta rectangular, cujo embasamento era feito de blocos basálticos não aparelhados, nos quais assentaria uma superestrutura leve, de barro seco (adobe), com cobertura de colmo. Teriam «vida curta», ou seja, habitadas apenas por uma ou duas gerações. As cerâmicas exumadas denunciam uma nítida filiação em modelos fenícios, estando presentes ânforas na tradição ou afins da FR I, associadas a outras, da forma Mañá/Pascual A4. Porém, um dos mais característicos produtos de importação fenícia, bem representado no decurso do século VII em Almaraz e em Lisboa — os pratos de verniz vermelho — já não ocorrem, tendo sido substituídos por cerâmicas cinzentas finas e por outras, de toque metálico e superfícies brilhantes por polimento, de acusado regionalismo, talvez melhor adaptadas ao gosto e necessidades dos seus utilizadores. Não podemos ignorar, também, na procura de razões para a cessação da importação daquelas cerâmicas, a profunda crise que abalou o mundo fenício e que culminou com a conquista de Tiro, em meados do século VI a. C., pondo termo ao comércio mantido com o Ocidente por aquela cidade.

Seja como for, tais materiais comprovam, na área de Oeiras, a manutenção de laços económicos privilegiados com o Mediterrâneo, doravante protagonizados por

comerciantes púnicos, os quais persistem até à plena romanização. Com efeito, ainda no século II a. C., produções locais ou regionais continuam a coexistir com produtos de origem norte-africana: trata-se de ânforas neopúnicas da forma Mañá C2, produzidas em Cartago e nas feitorias do estreito de Gibraltar, presentes na região oeirense em Casal Cabanas e na própria periferia da vila de Oeiras, ilustrando a manutenção da mesma forma de povoamento do território, vigente desde o Bronze Final na região, através de pequenos núcleos de raiz familiar. Tais ânforas, destinadas ao transporte de preparados piscícolas, documentam, expressivamente, a abertura ao comércio e às trocas protagonizada pelas populações sediadas nesta zona, em plena e constante afirmação de uma realidade desde, pelo menos, o Calcolítico: com efeito, em todo o litoral Centro e Sul do País, se encontram testemunhos materiais que denunciam a importância da presença mediterrânea, agora veiculada por navegações púnicas costeiras de carácter comercial; as influências continentais jamais tiveram expressão significativa. Saliente-se que o referido comércio atingiu domínios francamente setentrionais, como documenta o achado de ânforas Mañá C2b na Galiza ou o de cerâmicas púnicas, a partir do século V a. C., em diversos castros do Norte de Portugal. É assim que se compreende a chegada dos primeiros materiais de origem itálica, desde o século II a. C., de início transaccionados conjuntamente com os derradeiros produtos púnicos.

Em conclusão: a permanência de uma formação económica e social estável, com expressão própria, desde o final da Idade do Bronze na região ribeirinha do Tejo, cujos laços com o Mediterrâneo são um dos seus traços permanentes, consubstanciados primeiro pelo comércio fenício, depois púnico e, finalmente, itálico, configuram um notável e prolongado processo de aculturação de uma região já então periférica face aos grandes estímulos civilizacionais. O sucesso da afirmação de tais comunidades, conservando no essencial a organização económica e social herdada do Bronze Final, até à plena romanização, deve-se a uma inteligente exploração dos recursos naturais disponíveis, a par das mais-valias decorrentes da situação geográfica de excepção, viabilizando o papel de intermediárias nas relações comerciais entre o Norte e o Sul, o litoral e o interior. Ao contrário do que teria acontecido no Calcolítico, os estímulos exógenos de vária ordem (tecnológica, económica, social e até cultural) foram então acompanhados por um desenvolvimento económico que diríamos hoje sustentado.

Foi o florescimento económico, assente em bases sólidas, estáveis e permanentes, já então velhas de muitos séculos, de comunidades para quem o Mediterrâneo e os seus povos eram realidade familiares, que possibilitou a adopção plena, na região olisiponense, na qual o concelho de Oeiras naturalmente se insere, de todas as ca-

racterísticas da cultura de Roma, sem sobressaltos nem tensões sociais evidentes. Porém, desses novos tempos já este ensaio se não ocupará.

Nota

Este texto corresponde, em traços gerais, à apresentação oral feita no dia 21 de Novembro de 1996 ao 1.º Ciclo de Estudos Oeirenses. Em conformidade, optou-se por não sobrecarregar o texto com referências bibliográficas, que não corresponderiam à realidade oral. Encontra-se no prelo (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 8, 1997, Câmara Municipal de Oeiras) ensaio mais desenvolvido, que abará também o Período Romano, com abundante documentação gráfica, ilustrando as sucessivas presenças humanas identificadas arqueologicamente no concelho de Oeiras.

Principal Bibliografia

A bibliografia que se segue, ordenada cronologicamente, limita-se ao que de essencial foi produzido sobre o tema da palestra, podendo nela o leitor encontrar outros desenvolvimentos para aprofundamento das matérias tratadas. Salienta-se especialmente o vasto repositório de informação disponível nos seis volumes editados pela Câmara Municipal de Oeiras, da série Estudos Arqueológicos de Oeiras.

CARDOSO, J. L. & PENALVA, C., Vestígios de praia calabriana com indústrias da «pebble-culture» no Alto de Leião - Paço de Arcos, *Bol. Soc. Geol. Port.*, 21 (2/3) :185 — 196, 1979.

CARDOSO, J. L., *O castro de Leceia*. Câmara Municipal de Oeiras, 43 p, 1982.

CARDOSO, J. L., No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro, In *Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 69 — 81, 1987.

CARDOSO, J. L. ; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da, *Oeiras há 5000 anos. Monografia de Leceia*, Câmara Municipal de Oeiras, 24 p, 1987.

CARDOSO, J. L., *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983 — 1988*. Câmara Municipal de Oeiras, 146 p, 1989.

CARDOSO, J. L., A presença oriental no povoamento da Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*, 1, 119 — 134 (revista editada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL — Instituto Oriental), 1990.

CARDOSO, J. L. ; CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D., O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras. *Estudos de Antropologia Física. Estudos Arqueológicos de Oeiras (CMO)*, 2, 85 p, 1991.

CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G. & ANDRÉ, M. C., O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 3, 645 p, 1992.

CARDOSO, J. L., Estratégias de ocupação do espaço na área do concelho de Oeiras, do Paleolítico ao Período Romano: um ensaio, *Actas do I Encontro de História Local do concelho de Oeiras* (Oeiras, 1991), 17 — 24. Câmara Municipal de Oeiras, 1993.

CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G., Carta Arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 4, 126 p, 1993.

CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R., Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo*, 2: 193-206 (revista editada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL — Instituto Mediterrânico) 1993.

CARDOSO, J. L., Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras (CMO)* — número especial, 164 p, 1994.

CARDOSO, J. L., Do Paleolítico ao Romano. Investigação arqueológica na área de Lisboa: os últimos 10 anos. (1984-1993), *Al — Madan*, 2ª. Série 2, 3, 59-74 (revista editada pelo Centro de Arqueologia de Almada), 1994.

CARDOSO, J. L., Viagem ao Passado, In *Retratos de Oeiras*, Publicações DSA, Oeiras, p. 160-170, 1994.

CARDOSO, J. L., O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993), *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 5, 115 — 129, 1995.

CARDOSO, J. L., Os povoados do Bronze Final a Norte do estuário do Tejo., In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder* (S. Oliveira Jorge, ed.), Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 126, 1995.

CARDOSO, J. L., As mais antigas presenças humanas na Estremadura, In *Portugal e o Mundo, Actas dos Primeiros Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (Cascais, 1994), p. 85-117, Câmara Municipal de Cascais, 1995.

CARDOSO, J. L., Para o conhecimento da agricultura no concelho de Oeiras: do Neolítico ao Período Romano, *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 5: 87-96, 1995.

CARDOSO, J. L., O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio, *Conimbriga*, 34: 33-74 (revista editada pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), 1995.

CARDOSO, J. L., Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos, *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 5: 49-66, 1995.

CARDOSO, J. L., Materiais arqueológicos inéditos das grutas de Carnaxide. *Estudos Arqueológicos de Oeiras (CMO)*, 5: 67-86, 1995.

CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge, Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 5: 263-276, 1995.

CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da, Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia. Elementos para um estudo comparado, *Trabalhos de Arqueologia*, 7: 159-168 (revista editada pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), 1995.

CARDOSO, J. L.; ZBYSEWSKI, G.; LEITÃO, M. & NORTH, C. T., A jazida paleolítica do reduto de Renato Gomes Freire (Alto da Barra) — Oeiras, *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 5: 11-21, 1995.

CARDOSO, J. L., O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. In *De Ulisses a Viriato, O primeiro milénio a. C.* (J. de Alarcão, ed.). Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 73-81, 1996.

CARDOSO, J. L., O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo, *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 6: 361-365, 1996.

CARDOSO, J. L., As praias calabrianas da Estremadura portuguesa e as primeiras comunidades peninsulares: o estado da questão, *Actas dos Segundos Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (Cascais, 1995), 1: 213-254, Câmara Municipal de Cascais, 1996.

CARDOSO, J. L., Materiais arqueológicos inéditos do povoado pré-histórico de Carnaxide (Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 6: 27-45., 1996

CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G., O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 6: 351-359, 1996.

CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R., Materiais cerâmicos da Idade do Bronze da gruta da Ponte da Lage (Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 6: 341-350., 1996

CARDOSO, J. L.; NORTON, J. & CARREIRA, J. R., Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 6: 287-299, 1996.

CARREIRA, J. R.; CARDOSO, J. L. & LOPES, F. Peixoto, A estação pré-histórica do Casal de Barronhos (Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*, 6: 301-316, 1996.

CARDOSO, J. L., *O povoado de Leceia (Oeiras) sentinela do Tejo no terceiro milénio a. C.* Lisboa, Instituto Português de Museus, 128 p, 1997.